

**WORKING PAPER N.º 01
FEVEREIRO 2016**

A DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO COMO MODELO ALTERNATIVO DE CRESCIMENTO



“COM O FIM DO CICLO DO PETRÓLEO E A BANALIZAÇÃO DA DIVERSIFICAÇÃO, O PENSAMENTO ECONÓMICO EM ANGOLA TEM DE SE DESLOCAR PARA A DISTRIBUIÇÃO DO RENDIMENTO ENQUANTO MODELO ALTERNATIVO DE CRESCIMENTO”

Autor
Alves da Rocha

Professor Titular da Universidade Católica de Angola

Director e Investigador Sénior do CEIC

RESUMO

Angola encontra-se, uma vez mais, numa encruzilhada tremenda. A transição da economia centralizada, ineficiente, planificada, burocrática e administrativa para a economia de mercado dependeu de nós próprios e foi uma opção política perante a ineficácia de resultados dos anos de socialismo. A transição da guerra para a paz dependeu igualmente de esforços internos – mais ou menos violentos – ainda que com envolvimento de uma parte da comunidade internacional. A transição de um sistema político de partido único para um outro multipartidário foi, da mesma forma, uma construção dos angolanos, ainda que se não possa falar de completa democracia (os índices internacionais classificam o regime político de Angola de autoritário).

A viragem da presente situação financeira e económica do país – grave, séria, de fundamentos ainda não totalmente explicados por quem politicamente o deve fazer – já não depende de nós mesmos, mas da conjuntura internacional do preço do petróleo e da capacidade de contracção de empréstimos externos para financiar os avultados e crescentes défices orçamentais. Pode estar a acontecer o fim do ciclo do petróleo em Angola, sem modelos de crescimento alternativos a curto prazo. O que leva a questionar: **fim de ciclo, começo de quê?**

A diversificação da economia está em marcha, na opinião do Governo, do MPLA e dos empresários ligados ao regime. Evidentemente que a diversificação sempre esteve em movimento, porque o estado normal das economias é crescer e diversificarem-se. Normalmente, a diversificação económica (especialmente das exportações) é um processo demorado e exigente em disponibilidades financeiras (internas e externas), capital humano, capital social (competição na base de salários altos e preços baixos é o desafio a ser vencido, o que passa pela educação), produtividade, competitividade, Estado e Governo eficientes e limpos de corrupção e de tráfico de influências e de capacidade empresarial. A diversificação intensifica o crescimento, oportuniza mais emprego e pode ser magnânima com os salários. Assim sendo, a diversificação pode ser o começo e a viragem: **começo de quê, viragem para onde?**

Fim de ciclo e viragem de estratégia num ambiente social muito difícil, muito provavelmente até, pelo menos, 2020. Porquê? A degradação das condições de vida da grande maioria da população é evidente, pois a situação financeira é de carência de recursos, a económica é de aumento do desemprego e retracção do crescimento da produção e inexistem mecanismos de mitigação social dos efeitos da crise. O ponto de acumulação destas disfuncionalidades é a desigualdade de rendimentos e de riqueza, que, de acordo com determinados indicadores, não tem diminuído e segundo outros

Fim de Ciclo, Começo de Quê? Começo de quê, viragem para onde? E ao serviço de quem?

índices até tem piorado, sendo de esperar que os efeitos da crise agravem a disparidade de salários, rendimentos e riqueza. Assim, se a diversificação é uma viragem, cabe perguntar: **ao serviço de quem?**

Este “working paper” trata justamente dos três temas e insere-se no projecto de pesquisa CEIC-CMI sobre as desigualdades em Angola.

FIM DO CICLO DO PETRÓLEO

Com as informações que vão chegando, os estudos que vão sendo elaborados e as previsões que se vão efectuando (em horizontes de largo prazo, umas com mais e outras com menos credibilidade e confiança), o ciclo do petróleo está na verdade a chegar ao fim. Não apenas enquanto fonte de financiamento da actividade económica de alguns países e financeira dos seus Estados e Governos, mas igualmente como uma componente da produção nacional. O ciclo do petróleo – provavelmente a melhor designação será “ciclo do petróleo caro” – está a ser afectado pelo preço desta commodity e também pelos extraordinários ganhos de eficiência que se vão acumulando, ano após ano, desde 1973/1974, depois da dramática subida do preço médio em praticamente 500%¹. Portanto, não é seguro que a procura mundial de petróleo chegue aos 100 milhões de barris por dia e muito menos aos 120 milhões conforme as projecções da Agência Internacional de Energia.

Numa palestra na UCAN/CEIC, no dia 28 de Janeiro e orientada pelo Professor Mark Roland Thomas (Gerente do Departamento de Macroeconomia e Gestão Fiscal para África do Banco Mundial) ficaram claros os desafios que as economias africanas defrontam no futuro. Em particular, para as que têm centrado o seu modelo de crescimento na exportação de petróleo e na concentração do rendimento derivado desta actividade numa pequena elite política e empresarial. A despeito de algumas diferenças entre as previsões do preço futuro do petróleo, todas parecem convergir para valores compagináveis com a procura mundial e os avanços tecnológicos altamente poupadores de energia. Até 2020, o Banco Mundial aponta para um preço médio entre \$40 e \$50 dólares o barril.

Ganhos de eficiência de tal maneira pronunciados que fazem prever que o pico da procura mundial de crude já tenha sido ultrapassado, sendo, a partir de agora a sua característica mais saliente o decréscimo. Hoje, com um litro de óleo é possível produzirem-se mais bens e fornecerem-se mais serviços do que há dezenas de anos atrás. Estes ganhos de eficiência contribuem para reduzir a procura de petróleo. Os ganhos de eficiência são particularmente visíveis ao nível da stocagem de energia. Começa a ser norma de poupança energética, em praticamente todos os países

¹ A quadruplicação dos preços em 1973-1974 e a duplicação em 1979-1980 foram absorvidas pelas maiores economias industrializadas do mundo através dum decréscimo acentuado do consumo, da poupança de energia, das novas tecnologias de produção, do nuclear e outras energias alternativas mais baratas e dum maior desemprego relativo. O desencadeamento destes dois primeiros choques petrolíferos, em especial o de 1973-1974, teve na sua origem a constatação duma permanente deterioração dos termos de troca dos países exportadores de petróleo – semelhante à de Raúl Pebrish sobre a degradação das razões de troca dos países da América Latina com os Estados Unidos da América e o Reino Unido entre 1920 e 1950 do século passado – de tal modo que, com o avanço da inflação no conjunto dos países da OCDE desde 1968, em Setembro de 1973 o barril do petróleo, em termos reais comparativos, estava mais baixo do que em 1962. Os países exportadores de petróleo concluíram, então, que estavam a ser pagos em dinheiro sem valor e resolveram reagir, em bloco, aumentando os preços e diminuindo a produção.

desenvolvidos (os grandes consumidores de petróleo), o fornecimento de energia a preços diferenciados consoante as horas do dia, sendo mais barata durante a madrugada. Muitos operadores industriais e tecnológicos passaram a armazenar energia quando o seu preço é mais barato, através do uso de baterias e acumuladores gigantes, que a reinjectam para os circuitos normais durante as horas de trabalho.

O actual excesso de oferta – variável entre um milhão e dois milhões de barris/dia consoante diferentes abordagens – é outro elemento a ter-se em consideração² e a Arábia Saudita parece ser a principal responsável por esta situação, através da qual ambiciona objectivos de domínio político regional no Oriente Médio, mas também no mundo, como por exemplo a queda de Putin pela via do declínio do preço do petróleo.

Mas não só. As energias alternativas derivadas do aproveitamento de recursos renováveis estão em força, como consequência de uma crescente consciencialização internacional quanto aos problemas ambientais e de aquecimento global. Ainda não são completamente claros os contornos da nova era energética, se nuclear, renovável, hidrogénica, solar ou ainda outras fontes por descobrir (nos Estados Unidos, o Governo Federal apostou 600 milhões de dólares no desenvolvimento do carro eléctrico), mas o que começa a ser seguro é que o paradigma do petróleo, tal como existe, está a chegar ao seu fim, por limitações tecnológicas que se não coadunam com os objectivos que a Comunidade Internacional deseja atingir e que foram apresentados e aprovados na mais recente Cimeira sobre o Clima realizada em Paris.

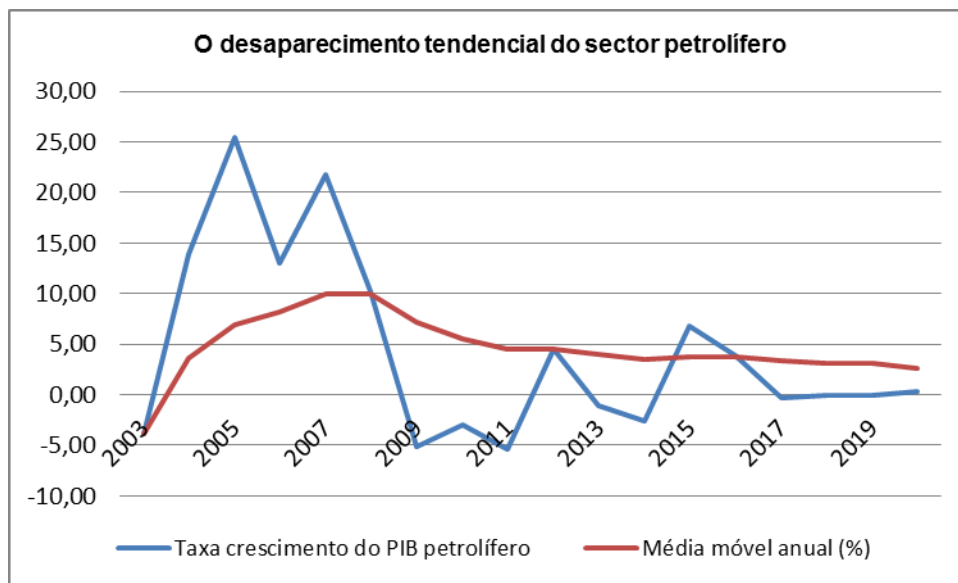
Parece incontestável que o petróleo angolano não beneficiou, até este momento, a generalidade da população, em particular o imenso universo de pobres. Segundo alguns estudiosos da economia angolana, como Ennes Ferreira³, o nosso petróleo foi, desde os primórdios da nossa independência, usado numa dupla perspectiva, a saber, como instrumento da política externa (valorizando o seu poder negocial na arena política internacional) e enquanto ferramenta do reforço da política do “*rent-seeking*” da sua elite dirigente. Tem sido criado em Angola uma espécie de Estado Mercantilista, em que, à semelhança da Idade Média Europeia, a prosperidade

² Se a tendência de diminuição ou adiamento de investimentos em investigação & desenvolvimento, em prospecção em águas ultra-profundas e em produção propriamente dita continua, então o ajustamento entre oferta e procura acabará por se efectuar através de mecanismos normais do mercado petrolífero. A presidente Dilma Rousseff afirmou que enquanto o preço do petróleo se mantiver ao nível que está, não haverá atribuição de novos blocos no pré-sal brasileiro. Em termos mundiais e segundo Agostinho Miranda (Digital Oje, 22 de Janeiro de 2015), 200 mil milhões de dólares de projectos de exploração em águas ultra-profundas estão actualmente suspensos. Os efeitos multiplicadores gerados pelos investimentos petrolíferos sobre uma gama imensa de actividades industriais e de prestação de serviços vão ser perdidos.

³ FERREIRA, Manuel Ennes – Realeconomic e Realpolitik nos Recursos Naturais em Angola, Revista de Relações Internacionais, Junho de 2005.

da Nação era avaliada pela riqueza do monarca e da sua côrte. A ideia de que é necessário o estabelecimento duma burguesia nacional endinheirada, de modo a que se garanta a independência económica do País, levou à acentuação do comportamento “*rent-seeking*” e ao agravamento das desigualdades na distribuição do rendimento nacional e na democratização do acesso às condições e oportunidades de melhoria das condições de vida da maioria da população.

Claro que Angola continuará a produzir e a exportar petróleo, pelo menos até ao ponto em que o incremento do respectivo custo de extracção iguale o seu preço de venda (condição microeconómica de maximização do lucro em mercados de concorrência perfeita). As expectativas mais consistentes quanto ao comportamento do preço do petróleo até 2030 são do Fundo Monetário Internacional, que a médio prazo (2020) colocam a respectiva fasquia em USD 64 o barril. Este valor, tendo em conta os factos anteriores, poderá manter-se, com mais ou menos flutuações, até 2030, altura em que se prevê que o novo modelo energético mundial possa estar completamente definido. Se as condições actuais da procura mundial se mantiverem – e se a atitude da OPEP se não alterar – então a taxa de crescimento do PIB petrolífero em Angola deverá ser de zero por cento ao ano até 2020. No entanto, havendo modificação nos volumes de oferta mundial do crude como estratégia que evite a queda do seu preço e possa mesmo contribuir para a sua subida, então a dinâmica do PIB petrolífero no país será tendencialmente decrescente e negativa, ainda que com aumento de receitas.



Fonte: CEIC – Quadro macroeconómico comparativo.

A DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA

A diversificação das economias é o seu estado natural, porque não existem sistemas económicos estáticos ou de reprodução simples na terminologia de Karl Marx (provavelmente só o do Robinson Crusoe⁴). O crescimento e a transformação no tempo são as suas características essenciais, sendo, afinal de contas, a diversificação a sua consequência mais evidente. Neste sentido, não há nem início, nem fim dos processos de diversificação nas economias de mercado, que funcionam na base dos comportamentos adaptativos e reactivos dos agentes económicos. Também da sua capacidade de pró-actividade, através do que Joseph Schumpeter chamou de “destruição criadora”.

Da aprendizagem que o CEIC retirou dos estudos e pesquisas realizadas nos últimos 3 anos sobrou o seguinte: há uma boa e uma má diversificação. A boa é a que se centra num modelo de competitividade de altos salários e elevada produtividade. É o modelo que funciona em contextos de economias abertas e de globalização crescente das forças produtivas nacionais. A má diversificação é alicerçada em salários baixos, produtividades incompetitivas e num mercado doméstico fechado e protector de interesses das elites económicas e políticas. A mais-valia retirada é à custa da exploração da força de trabalho, impreparada para resistir a estratégias empresariais de obtenção de lucro fácil e rápido. Nestes casos, a inserção externa das economias é feita com o apoio de subsídios à exportação, condenados pela Organização Mundial do Comércio.

Não há nenhum dirigente político, empresário ou mesmo trabalhador que agora não fale da diversificação da economia, mesmo que desenquadrado do tema da sua intervenção⁵. Isto não acontecia há 4 ou 5 anos atrás, em que o essencial do discurso oficial era a reconstrução das infraestruturas (as únicas críticas a esta opção decorrem da falta de qualidade das mesmas, que vão afectar a sua vida útil e a taxa de retorno económico e social dos investimentos públicos, nos dois casos diminuindo-as) e a acumulação primitiva de capital (disfarçada da necessidade de criação da burguesia nacional e duma classe empresarial forte). E agora, como financiá-la num clima de recessão nas receitas do Estado e da economia e de eventual retracção do investimento directo estrangeiro? Agora é que é a oportunidade de se pensar seriamente na diversificação, “inventar” poupanças e fontes de financiamento novas (algumas devem passar pela criação de impostos progressivos sobre as fortunas e pelo repatriamento dos capitais colocados no exterior no tempo das divisas fartas e que, no fundo, estão a contribuir para o crescimento económico dos países receptores), corrigir/eliminar vícios

⁴ Na segunda metade do século XIX, muitos economistas utilizaram a forma de vida de Robinson Crusoe, isolado em sua ilha, como representativa do indivíduo racional que utiliza e combina os recursos disponíveis para obter a máxima satisfação presente e futura. Este personagem foi imortalizado na obra homónima de Daniel Defoe publicada em 1719.

⁵ A banalização é tal que quase se pode dizer que o acto de se pontapear uma pedra numa das muitas calçadas de Luanda contribui para a diversificação da economia.

de trabalho baseados no oportunismo e no paternalismo, apadrinhar o empreendedorismo e a criação de “know-how” nacional (o know-how existente pertence aos expatriados, que não o repartem e o usam para renovar contractos de assistência técnica ou de consultoria dos quais os angolanos pouco têm beneficiado) e valorizar o salário e o trabalho dos angolanos.

A diversificação e o seu complexo processo não são matérias da exclusiva responsabilidade do Estado e das suas instituições, mas principalmente uma questão de sobrevivência das empresas, empresários e trabalhadores e da economia do país em situações de choques externos importantes (mais ou menos duradouros) e cujos efeitos se agravam quando os tecidos económicos se concentram numa única actividade de exportação e em produções locais de fraco valor de incorporação e de elevados índices de incompetitividade. A melhoria da competitividade depende, evidentemente, da existência de ambientes de negócios bem estruturados, transparentes e que convidem ao investimento privado. Esta é uma responsabilidade do Governo, do Estado e dos seus serviços de apoio ao funcionamento da economia. Mas, igualmente, dos privados, mormente pela libertação da sua mentalidade de assistidos pelas instituições públicas de quem, afinal, dependem para traçar o essencial das suas estratégias empresariais. E não deveria ser assim. Aliás e apenas a título de reflexão breve, como se pode ajudar a criar uma nova mentalidade produtivista e desenvolvimentista no sector privado nacional, quando as empresas e os empresários não são independentes do poder político?

Estudos empíricos sobre casos de sucesso de diversificação da economia em situações de posição económica relevante de recursos naturais renováveis existem desde há muito tempo. Alan Gelb e Sina Grasmann⁶, do Departamento de Economia do Banco Mundial, estudaram uma amostra de países onde as exportações de produtos primários, portanto com fraco índice de valor agregado interno, representavam mais de 60% do total das exportações em 1971. Cinco países com uma média de exportação/PIB acima do limiar estabelecido como referência do estudo – Malásia, Tailândia, Chile, Indonésia e Sri Lanka – tiveram sucessos claros nos processos de incremento do peso relativo do sector manufactureiro no PIB e entre 1975 e 2001 a taxa média anual de aumento do PIB por habitante foi de 3,5%. No caso do Chile, a diversificação centrada na indústria transformadora apresentou a particularidade de o país ter desenvolvido a produção de muitos produtos sofisticados, graças a políticas sustentadas de inovação e investigação científica. Estes e outros autores⁷ comprovaram também que os processos de diversificação foram bem mais lentos, mais caros e menos bem-sucedidos nos países com uma proporção elevada de exportações de recursos naturais não renováveis, como

⁶ Citados em Population and Natural Resources, Agence Française de Développement, 2009.

⁷ Como R. Auty (Resource-based industrialization: Sowing the oil in eight developing countries, 1990 e Resource Abundance and Economic Development, Oxford University Press 2001), M. Abidin (Competitive Industrialization with Natural Resource Abundance: Malaysia, 2001)..

o petróleo, os diamantes e outros minérios, devido aos já citados fenómenos de “rent-seeking” e “doença holandesa”.

A Indonésia parece ser o mais interessante exemplo de como colocar os recursos financeiros da exportação de petróleo a favor do desenvolvimento da agricultura. Mesmo tratando-se de um país com graves problemas religiosos, a aposta nacional determinada em se resistir aos efeitos do “dutch disease” e se desenvolver, em bases extensivas, a cultura e industrialização das diferentes variedades de arroz, deu certo e aparentemente está preparada para sair da fase de economia do petróleo que a caracterizou durante algum tempo. Foi graças a ter-se evitado os efeitos nefastos da “doença holandesa”, através duma política económica global e bem coordenada pelo Estado – ao contrário, por exemplo, de Angola, onde a política económica está departamentalizada e cada responsável a executa sem perscrutar os efeitos (positivos e nefastos) sobre outros domínios económicos e sociais – que permitiu aplicar uma visão estratégica de desenvolvimento, tendo-se investido os ganhos do petróleo na exploração do gás usado abundantemente na produção de fertilizantes para uso doméstico e exportação (Japão). Os adubos são distribuídos para a agricultura nacional a preços subsidiados, facilitando a obtenção de bons lucros para reinvestimento interno noutros sectores. A política cambial foi sempre usada com critério extremo, com a finalidade de se evitar o afastamento da taxa de câmbio de limites considerados incentivadores da diversificação e do crescimento económico.

Algumas experiências estudadas pelo CEIC apontam no sentido de serem a agricultura e a manufactura as áreas de eleição dos países interessados e vivenciadores do processo de alteração estrutural e competitiva dos seus sistemas produtivos. Não constitui propriamente uma novidade, por se tratar de actividades muito melhor posicionadas na malha de relações intersectoriais, de cuja maior ou menor densidade depende o sucesso e a rapidez da diversificação. Ainda que modernamente se tenha do sector industrial uma visão mais ampla e abrangente do que a tradicional (Colin Clark) – incluindo-se a prestação de serviços industriais – o convencimento é de que os resultados são muito mais ricos e transcendem o que hoje em dia se convencionou apelar de “local content”.

Com base na Teoria Económica, nas experiências de sucesso conhecidas e nas evidências empíricas recolhidas de muitos estudos sobre a temática da diversificação, é possível traçar uma espécie de “road map” do que fazer para facilitar o acontecer desta determinante reforma económica. A diversificação requer uma combinação inteligente de vários factores⁸:

⁸ A expressão inteligente é usada no sentido de que as instituições que definem as políticas públicas e os “drivers” do processo devem ter um domínio absoluto das relações (complementares, contraditórias e antinómicas) entre objectivos e instrumentos da política económica.

- a) **Uma estabilidade macroeconómica razoável e permanente** (o controlo da inflação e do défice fiscal – para se evitar o “crowding out” – e uma taxa de câmbio ajustada às disponibilidades de divisas e aos ditames da competitividade fazem parte do pacote deste item).
- b) **Uma política de abertura da economia ao exterior** (ainda que com elementos restritivos de defesa das indústrias nascentes, necessariamente transitórios e apenas aceitáveis quando resulte aumento sustentado da oferta interna)⁹.
- c) **Uma política de uso intensivo da renda da exportação dos recursos naturais não renováveis** a favor do incremento da produtividade de outros sectores potencialmente exportadores e da redução dos custos de produção da economia. Este processo de reciclagem depende da existência de estratégias nacionais dirigidas especificamente à diversificação dos sistemas produtivos internos e da criação de condições atractivas para o investimento privado.
- d) **Uma estratégia de valorização do capital humano nacional**, do empreendedorismo, da investigação e da inovação. Todos os níveis de educação são indispensáveis para a sustentabilidade do crescimento e para que o processo de diversificação da economia seja inclusivo e, sobretudo, competitivo. Este é o ponto central, não só da diversificação da economia, como de qualquer processo de crescimento sustentável e com repartição equilibrada dos seus frutos. As experiências conhecidas de sucesso de diversificação da economia dão justamente nota da importância do capital humano, da investigação e da inovação para o êxito da criação de tecidos produtivos fortes, competitivos e propiciadores de emprego.
- e) **A existência de instituições públicas e privadas e de lideranças políticas e económicas com visão estratégica.** Ou numa linguagem mais comumente usada, o capital institucional. Como já anteriormente referido, a questão pertinente neste item é se os países exportadores de recursos naturais não renováveis têm “capabilities”¹⁰ e instituições aptas a, dum forma efectiva, gerir altos níveis de rendimentos e a correspondente dependência. Portanto, é manifestamente insuficiente deter recursos naturais, sendo mais relevante o modo como são geridos, em nome da diversificação, da competitividade e da melhoria da distribuição do rendimento. O fraco desenvolvimento institucional em Angola costuma ser considerado como um óbice a uma maior repartição e extensificação dos resultados do crescimento económico. A falta de

⁹ Para os interessados em perceberem os fundamentos teóricos da protecção basta consultarem qualquer manual de Economia Internacional para verificarem que a “protecção das indústrias nascentes” tem pressupostos científicos que não podem ser ignorados.

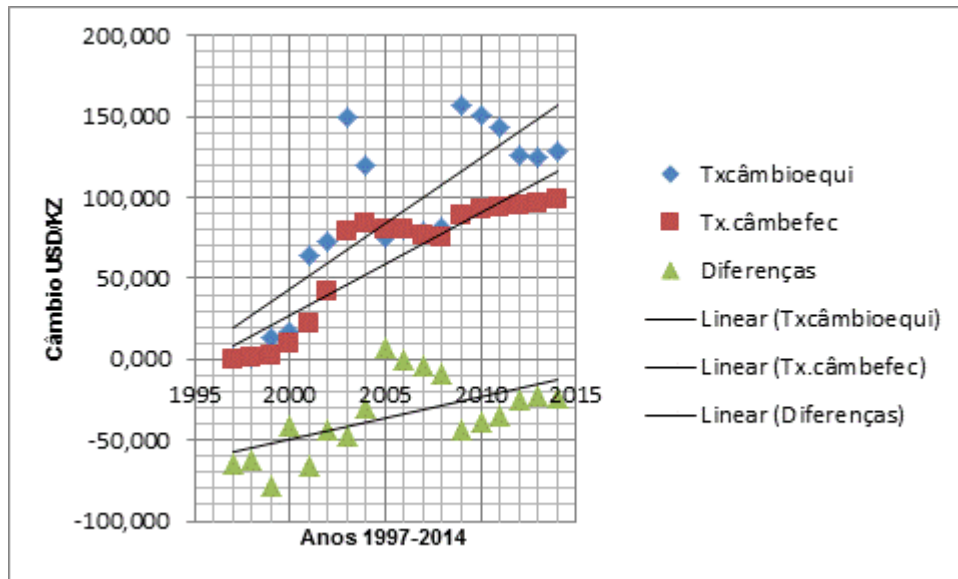
¹⁰ Prefere-se a expressão em inglês por ser mais complexa, abrangente e efectiva que a sua congénere portuguesa “capacidades”.

transparência, o excesso de burocracia, a corrupção, a baixa produtividade administrativa, o relativo laxismo com que os problemas das empresas e das populações são encarados, analisados e resolvidos pelos serviços públicos são factores negativamente influenciadores da organização empresarial e da estruturação das células familiares. Os efeitos perversos da falta desta capacidade institucional em Angola estão agora presentes, quando se instala a crise do preço do petróleo. Uma parte significativa das receitas fiscais do petróleo foi usada no processo de criação de uma elite política muito rica e abastada, com prejuízo da população, da formação e valorização da força de trabalho nacional e da constituição de bases produtivas internas competitivas.

- f) **Reconhecida capacidade de boa governação** (que finalmente se liga ao capital institucional). Uma gestão avisada, presciente e visionária e também atenta ao comportamento de mercados com elevada volatilidade dos preços tem de, nos países dependentes da exportação de recursos naturais não renováveis, reservar uma percentagem para acudir a situações de quebra dos preços e réditos. São os conhecidos Fundos de Estabilização das Receitas Petrolíferas. Evidências empíricas conhecidas revelam a existência duma elevada má governação nos países africanos exportadores de petróleo.
- g) **Disponibilidade de infraestruturas económicas**, em quantidade e qualidade que contribuam para a redução dos custos.

A política monetária em geral e especialmente a política cambial jogam um papel insubstituível na criação de condições macroeconómicas facilitadoras e incentivadoras da diversificação. A primeira, por meio do crédito e do financiamento ao e do sector produtivo e a segunda – na ausência de uma competitividade estrutural baseada no capital físico, humano, institucional e de inovação – para se aprender a competir no mercado externo. Neste último caso, a taxa de câmbio de equilíbrio – calculada, por exemplo, através da comparação entre PIB nominal e o PIB expresso em paridade do poder de compra – tem de ser inferior à taxa de câmbio nominal praticada no sistema de relações económicas externas. Não é isso o que tem acontecido em Angola, onde a taxa de câmbio de equilíbrio se tem sistematicamente situado acima da taxa de câmbio efectiva, denotando, assim, uma constante valorização do Kwanza que desincentiva a diversificação das exportações. O índice da taxa de câmbio real efectiva - vulgarmente designado de REER - confirma a constante sobrevalorização da moeda nacional.

A figura seguinte mostra estar-se perante uma tendência (1997-2014) linear clara de sobrevalorização do Kwanza, seguindo as diferenças entre as duas taxas de câmbio igualmente uma tendência linear de crescimento o tempo.



Fonte: CEIC, Estudos sobre a taxa de câmbio de equilíbrio.

O CEIC tem dado bastantes contribuições sobre a diversificação da economia nacional, através do projecto de pesquisa CEIC/CMI sobre esta temática. Os resultados têm sido difundidos nos Relatórios Económicos anuais e em artigos e intervenções públicas de muitos dos seus investigadores¹¹.

¹¹ Está em preparação um livro a ser lançado em Abril de 2016 intitulado “Estudos Sobre a Diversificação da Economia em Angola”, editado pela Angola Catholic University Press e que reúne todos os textos produzidos no âmbito do projecto de pesquisa sobre o mesmo tema e que teve a participação de alguns colegas do Christian Michelson. Institute de Bergen, Noruega.

DESIGUALDADE DE RENDIMENTOS E RIQUEZA

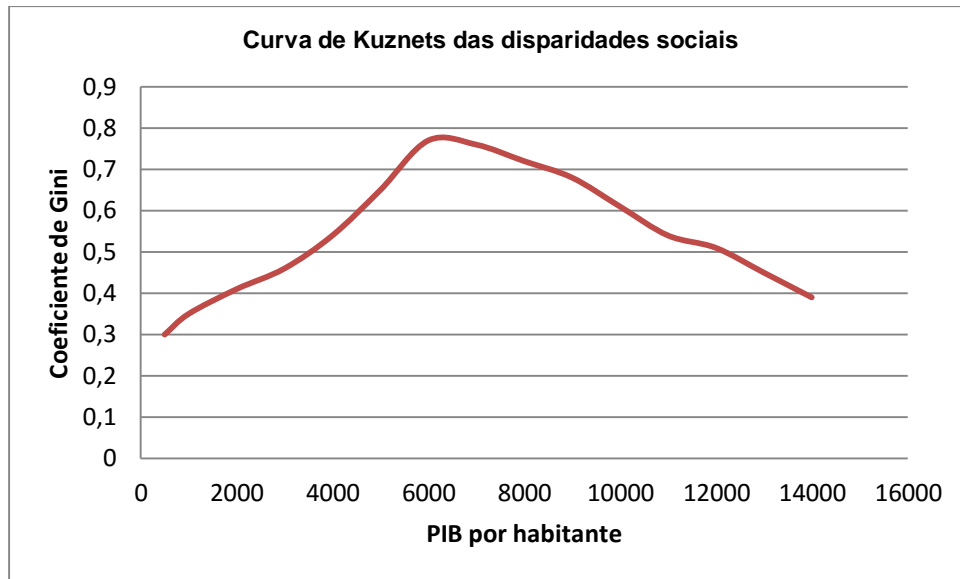
O modelo de difusão social do crescimento económico, para além de ter sido baseado no petróleo, foi igualmente centrado na criação de emprego, em especial na construção, na indústria transformadora e em alguns serviços, como o comércio e os transportes (ver Contas Nacionais de Angola 2002-2012). Revelou-se errado (a renda petrolífera serviu para que fosse criada uma faixa muito reduzida de população excepcionalmente rica, usando-se a Sonangol e o OGE como instrumentos privilegiados) e insuficiente. Melhorar a distribuição do rendimento nacional apenas pela via do emprego – cuja criação nem sempre atingiu as metas estabelecidas pelo Governo, estando ainda na memória de toda a gente a promessa de 1 300 000 novos postos de trabalho entre 2008 e 2012 – é claramente escasso, como o comprovam as abordagens teóricas sobre o emprego e as inúmeras evidências empíricas reveladas por estudos e pesquisas independentes¹². A questão salarial é o centro do modelo de distribuição do rendimento usando o emprego como seu suporte principal. A Organização Internacional do Trabalho é uma das grandes defensoras da difusão social do crescimento pela via de uma combinação inteligente entre emprego e salário, o que evidentemente é tributária da produtividade e dos seus ganhos ao longo do tempo¹³. O “slogan” eleitoral do MPLA na campanha de 2012 deveria ter sido “distribuir melhor para se crescer mais”. E sustentadamente, deveria acrescentar-se.

O desenvolvimento e a distribuição dos rendimentos e da riqueza foi primeiramente tratado por Simon Kuznets, em 1955, na sequência de uma série de observações sobre a evolução das desigualdades sociais nos Estados Unidos¹⁴. Estes estudos culminaram com a construção de uma figura geométrica denominada Curva de Kuznets ou U-invertido: à medida que o crescimento económico ocorre desenha-se uma tendência para a diminuição das disparidades na distribuição de rendimentos e riqueza. Nas fases iniciais, a curva de Kuznets aponta para um agravamento destas desigualdades (são os mais ricos quem primeiro beneficiam do crescimento), mas à medida que o crescimento se torna mais extensivo (envolvendo mais sectores e regiões) e mais inclusivo (abrangendo mais pessoas, mais emprego e mais factores nacionais), o efeito contágio (também denominado “efeito escoamento” ou “spillover effect”) aparece. Graficamente, esta curva apresenta-se como uma relação entre o coeficiente de Gini e o valor do PIB por habitante.

¹² Alves da Rocha – Salários, Distribuição do Rendimento e Crescimento Equitativo, Mayamba, 2013, páginas 53/80.

¹³ OIT (Organização Internacional do Trabalho) – Relatório Global Sobre os Salários, 2012-2013, Genebra 2013.

¹⁴ Kuznets, Simon – Economic Growth and Income Inequality, American Economic Review, nº49, 1955.



No entanto, a relação entre as desigualdades sociais e o crescimento económico continua a ser muito contestada, nomeadamente nos países em desenvolvimento¹⁵. Piketty afirma que "longe de ser o fim da História, a lei de Kuznets é o produto de uma história específica e reversível", pretendendo dizer que, provavelmente, na maior parte dos países o aumento de rendimento por habitante não foi suficiente para se reduzirem as desigualdades na redistribuição do rendimento e da riqueza¹⁶. Na verdade, acrescenta: "no entanto, foi sobretudo a constatação de que nos anos 80, a desigualdade recomeçara a aumentar nos países ocidentais desde os anos 70 que desferiu o golpe fatal à ideia de uma curva em U invertido que ligava inexoravelmente o desenvolvimento à redução da desigualdade"¹⁷.

Algumas evidências empíricas têm demonstrado existir uma relação estreita e inversa entre democracia e disparidades sociais (mais democracia e menos desigualdades). Nas sociedades politicamente autoritárias, com baixos índices de transparência e altos níveis de corrupção (em particular das elites políticas) as

¹⁵ Os Estados Unidos da América são, do ponto de vista histórico, o país-exemplo da curva de Kuznets. No entanto, os mais críticos desta relação entre crescimento económico e redução das desigualdades rejeitam a sua generalização, afirmando a sua especificidade em relação a alguns países e em determinadas condições (Beat Burgenmeier – A Economia do Desenvolvimento Sustentável, Instituto Piaget, 2005). Thomas Piketty (A Economia das Desigualdades, Editora Actual, 2014) em estudos mais recentes sobre a França e os Estados Unidos mostram que a forte diminuição das desigualdades durante o século XX (confirmando, em certa medida a tese de Kuznets) "não foi, de modo algum, consequência de um processo económico "natural", porquanto essa redução circunscreveu-se à riqueza patrimonial e teve como justificação as duas guerras mundiais, a depressão económica 1929-1932, a inflação e as revoluções fiscais que foram acontecendo com a criação de impostos progressivos sobre os rendimentos mais elevados e da tributação das fortunas" (página 28). Acrescenta-se a construção do Estado Social, ideia de Bismark, durante os Gloriosos 30, iniciado depois do final da Segunda Guerra Mundial, mais especificamente 1950.

¹⁶ Thomas Piketty - A Economia das Desigualdades, Editora Actual, 2014.

¹⁷ Piketty, op. cit. Este ponto de vista contraria, de facto, a ideia que o crescimento é suficiente para se distribuir mais.

disparidades sociais tendem a agravar-se mesmo com a subida do rendimento por habitante propiciada pelo crescimento económico. Cabo Verde e Botswana são verdadeiros casos de estudo neste domínio da redução das disparidades sociais através de mais crescimento, mais democracia, mais transparência e menos corrupção. O coeficiente de Gini varia entre 0,45 e 0,47 para Cabo Verde e entre 0,39 e 0,42 para o Botswana e o índice de democracia é de 7,92 e 7,63 respectivamente¹⁸. As Maurícias, com um índice de Gini de 0,38¹⁹, são classificadas no índice de democracia como uma democracia plena, respeitadora dos valores da transparência e da boa governação²⁰. A África do Sul tem-se aproximado do funcionamento pleno da sua democracia, mas apresenta, por enquanto, valores ainda elevados do Índice de Gini, explicados, em parte, pelas elevadas taxas de desemprego, em todas as faixas etárias.

De que modo se coloca a questão da sustentabilidade do crescimento económico em Angola? Apesar das reservas levantadas sobre a validade universal da curva de Kuznets, tem-se verificado ou não uma atenuação das desigualdades sociais com o crescimento económico? Não existem estudos sobre esta matéria, mas é seguro que a falta de transparência e a generalizada corrupção têm limitado uma maior extensão do efeito contágio do crescimento económico, tal como no início destas reflexões se colocou esta questão.

Angola ocupa as piores posições em todos os rankings internacionais sobre a desigualdade económica e social. Ainda não nos envergonhamos com este facto, tal é a ansiedade de, mesmo em crise financeira e económica, se acrescerem os pecúlios monetários e os activos imobiliários e empresariais dum muito pequena porção da população. A desproporção de rendimentos e especialmente de riqueza é abissal em Angola. O valor do Índice de Gini, os valores do Índice de Desenvolvimento Humano, o formato da Curva de Lorenz, o poverty headcount ratio e os valores do IBEP 2008/2009 expressam-no com meridiana clareza.

O Índice de Desenvolvimento Humano é hoje o indicador mais relevante para a análise das condições de vida da população e para o cálculo dum medida que permita compreender quanto de crescimento económico se transforma em desenvolvimento.

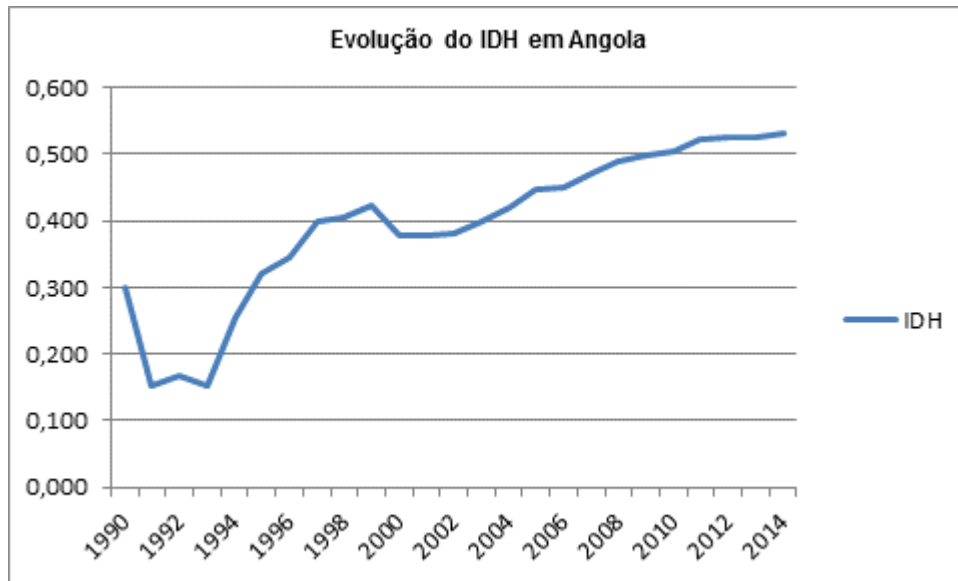
Seguramente que a situação social é hoje bem melhor que em 2002, sendo a evolução do IDH uma boa aproximação à medição destas transformações²¹.

¹⁸ Democracy Index 2011, Economist Intelligence Unit.

¹⁹ UNDP – Africa Human Development Report 2012. Angola, numa média para 2000-2010, apresentava um índice de Gini de 0,59.

²⁰ Noruega, Suécia, Finlândia e Dinamarca aparecem como democracias plenas, com baixos coeficientes de disparidade social (0,26) e elevados indicadores de transparência e boa governação.

²¹ A reconstituição dum série tão longa sobre os valores do IDH foi feita através do livro de Paulo de Carvalho intitulado Exclusão Social em Angola (O caso dos deficientes físicos de Luanda), Edições Kilombelombe, 2008.



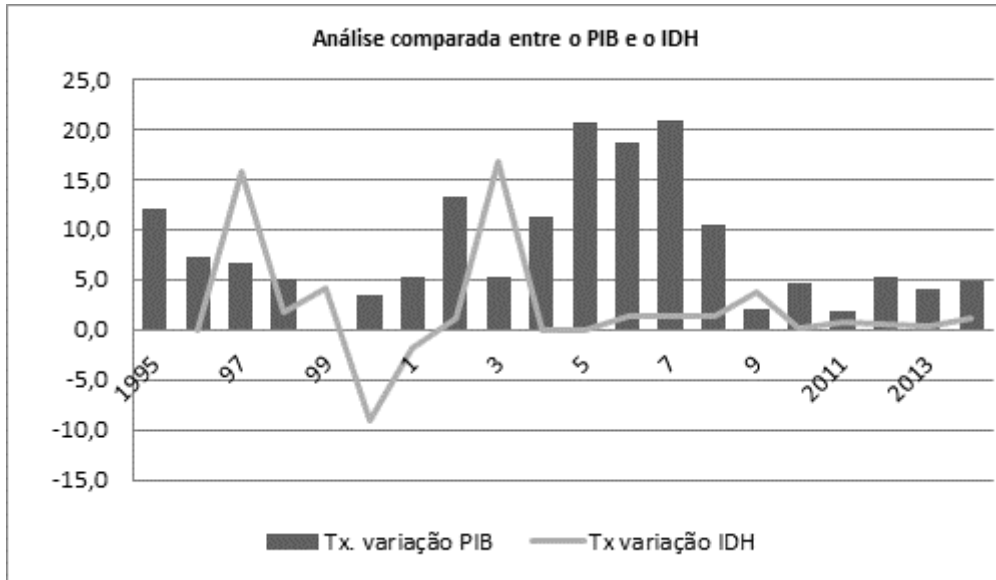
FONTES: PNUD, Human Development Index, vários anos; Paulo de Carvalho – Exclusão Social em Angola, pg 110 p/ 1990/94.

Vários períodos:

- Baixo valor do IDH entre 1990 e 1999, em média na vizinhança de 0,37. São dos piores anos da guerra civil, durante os quais as despesas orçamentais tiveram uma prioridade quase absoluta em favor da despesa e segurança. A urgência da guerra determinou uma subalternização dos sectores sociais e o IDH só não foi mais baixo pelo facto de o PIB por habitante – uma componente que vale um terço no compósito do desenvolvimento humano – foi aumentando graças à produção de petróleo. Mas mesmo assim, 1998 foi o de mais baixo preço do barril de petróleo.
- Um curto período de transição entre 1999 e 2002 em que se presentia a resolução do conflito militar interno e as condições para o crescimento da economia se estruturavam.
- Finalmente, o período de maiores conquistas no desenvolvimento humano em Angola: 2002/2014. É patente o declive positivo da recta representativa do comportamento temporal do IDH, não só devido ao crescimento do PIB e do PIB por habitante, mas igualmente por causa das melhorias nas componentes sociais do índice (esperança de vida e taxa de escolaridade). No entanto, o valor do IDH ainda não ultrapassou a fasquia de 0,55 fundamental para o país deixar o grupo dos países de desenvolvimento humano baixo. Questões relacionadas com a pobreza e a distribuição do rendimento ajudam a compreender a razão pela qual os aumentos marginais do IDH (taxas de crescimento anual) tenham sido muito pouco expressivos.

Fim de Ciclo, Começo de Quê? Começo de quê, viragem para onde? E ao serviço de quem?

Com efeito, o ritmo médio anual de variação do IDH tem sido muito inferior ao do PIB e do PIB por habitante, em paridade do poder de compra. Na verdade, entre 2010 e 2014, as taxas médias anuais de variação foram de, pela ordem apresentada, 1,0%, 3,9% e 2,8%. Aliás, é a reduzida dinâmica no crescimento do PIB e do PIB por habitante que pode ser encontrada parte da explicação para uma variação muito reduzida no valor do IDH no período considerado.

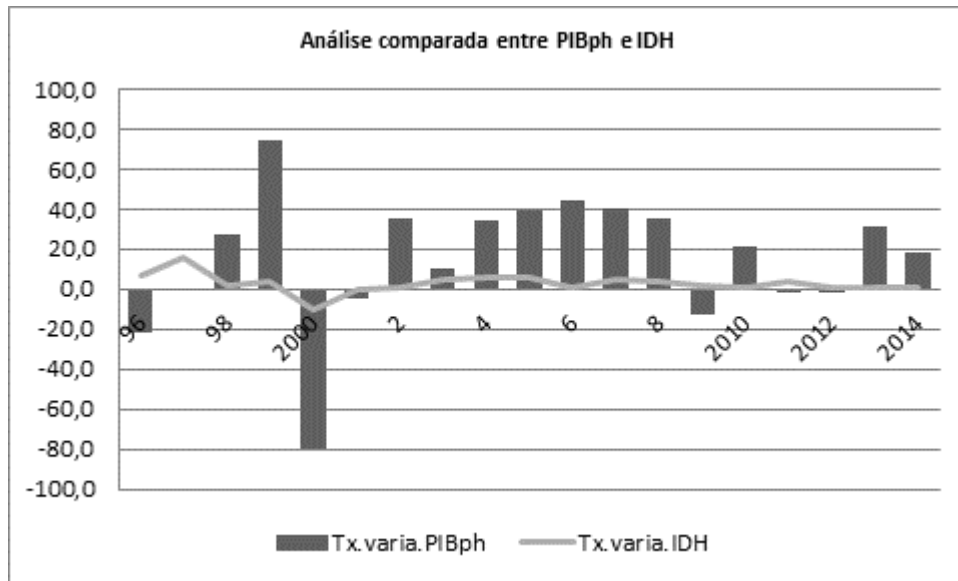


FONTE: PNUD – Relatório de Desenvolvimento Humano vários anos.

Onde Angola falha é justamente na componente social: tem havido crescimento económico suficiente para se melhorar, em termos muito mais substanciais, as condições de vida da população. A prioridade conferida à criação da burguesia nacional com uma base de acumulação de capital suficientemente forte postergou para mais tarde a verificação de benefícios palpáveis nas condições de vida da maioria da população.

As contradições entre o campo económico e a vertente social são evidentes em 2005, 2006, 2007 e 2008. O modelo económico existente não integra, como devia, a componente social e o desenvolvimento económico resulta enviesado a favor de franjas muito reduzidas de população.

Uma aproximação grosseira à distribuição do rendimento pode ser dada pela comparação entre as taxas de variação do PIB por habitante e do valor do IDH.



FONTE: PNUD – Relatório de Desenvolvimento Humano de vários anos.

O gráfico precedente mostra que a melhoria do IDH em Angola depende muito mais da melhoria das áreas sociais (tornando-as mais eficientes nos serviços que prestam e nas necessidades que satisfazem) do que do PIB por habitante. De facto, os incrementos da capitação do PIB são muito desproporcionais aos ganhos do IDH, o que parece confirmar que uma parte do rendimento médio terá sido desviada para o enriquecimento duma pequena faixa da população. Uma vez mais o ponto essencial relaciona-se com a forma como o rendimento nacional é distribuído. É, com efeito, urgente alterar-se o modo como o acesso às oportunidades de geração de renda é organizado e gerido e reestruturar-se o processo de distribuição do rendimento nacional²².

Normalmente as autoridades públicas retêm dois itens: o valor do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a classificação do país. Só análises mais cuidadas e isentas tomam outras variáveis destes Relatórios como relevantes, e algumas delas indiciadoras de como o progresso social se comportou e de como a distribuição do rendimento se opera. E se a visão for igualmente temporal, então as conclusões saem

²²Para os países com recursos financeiros importantes, provenientes da exploração de recursos naturais não renováveis, talvez existam alternativas facilitadoras duma mais extensa distribuição do rendimento nacional. Mas que não abdicam de práticas contabilísticas sérias, transparentes e exigentes. Uma delas relaciona-se com o crescimento, mais acelerado do que o do PIB, das despesas com a educação e a saúde. As primeiras ajudam a melhorar a repartição *ex-ante* dos activos que contribuem para melhor se resistir às falhas de mercado na afectação dos factores e na repartição dos rendimentos factoriais, a longo prazo. Trabalho mais qualificado é, sempre, trabalho melhor remunerado. As despesas com a saúde têm um impacto de curto prazo na mitigação de certas dificuldades nas condições quotidianas de vida da população, ajudando-a, deste modo, a melhorar a produtividade e, consequentemente, o valor dos salários.

bem mais ricas e repletas de ensinamentos. E se a interpretação também contiver padrões de comparação internacional com países em estádios de desenvolvimento aproximados ou que explorem recursos naturais não renováveis, então o retracto fica bem mais completo.

A primeira nota tem a ver com os valores do índice de não rendimento – via de regra apresentado na última coluna do quadro número 1 dos Relatórios do Desenvolvimento Humano – e que expressam a influência das variáveis exclusivamente sociais, da área da educação e da saúde. Ou seja, se as políticas sociais forem incisivas, inclusivas e eficientes (pode-se gastar muito na saúde, por exemplo, mas sem resultados, porque a corrupção, a burocracia e o tráfico de influências provocam desvios na aplicação das verbas orçamentalmente alocadas), então os efeitos sobre a melhoria do bem-estar dos cidadãos são positivos.

Quando se compara o índice de desenvolvimento humano e o índice de não rendimento duas conclusões são possíveis: se o primeiro for superior ao segundo, então o peso do rendimento médio por habitante é forte, o que significa que o valor do IDH foi mais influenciado pelo rendimento do que pelas restantes variáveis; pelo contrário, quando o segundo índice é maior do que o primeiro então existem boas razões para se pensar que uma boa parte do crescimento económico se converteu em desenvolvimento social para os cidadãos (*coeteris paribus* em termos de modelo de distribuição do rendimento). A tabela seguinte apresenta para Angola uma série de valores de 3 anos.

	CLASSIFICAÇÃO NO IDH			ÍNDICE DESENVOLVIMENTO HUMANO			ÍNDICE DE NÃO RENDIMENTO		
	2010	2011	2012	2010	2011	2012	2010	2011	2012
Angola	146	148	148	0,502	0,504	0,508	0,353	0,455	0,479

Fonte: World Bank, World Economic Indicators, 2014.

Sublinhados:

- Primeiro que tudo, deve sublinhar-se que o valor do IDH para Angola é muito baixo, não compatível com as potencialidades do país²³. Entre 2000 e 2009, o IDH foi de 0,380 indicador de condições de vida deprimentes da maioria da população. Durante este período assistiu-se ao endurecimento do processo de criação da burguesia nacional, donde as verbas destinadas para outros fins, mesmo económicos, se terem sujeitado a este desígnio político e doutrinário.

²³ O limiar inferior do IDH do grupo de países de desenvolvimento humano médio é de 0,536 em 2012 (Relatório do Desenvolvimento Humano 2012, PNUD). Tomando os valores dos 3 anos e admitindo que os progressos nas variáveis do IDH se mantenham ao ritmo do passado, só em 2017 ou 2018 Angola integrar este grupo (usando a metodologia IDH do PNUD). A não ser que alterações radicais ocorram no modelo de distribuição do rendimento, mais consistentes com a vontade de mudar, do que a expressa por um modelo de simples solidariedade.

Fim de Ciclo, Começo de Quê? Começo de quê, viragem para onde? E ao serviço de quem?

- A posição de Angola no ranking mundial praticamente não se alterou, apesar duma melhoria de 0,6 ponto percentual no valor do IDH. Tendo em atenção a repartição das verbas orçamentais do Estado pelas suas funções sociais, que se tem mantido, desde 2009, acima de 30%, com um máximo em 2010 de 34% e uma valor de 33,1% em 2012, de acordo com o OGE, seriam de esperar maiores incrementos nas componentes sociais do IDH. O problema não é, do meu ponto de vista, o de afectar mais, mas usar com critério e no interesse público, as verbas alocadas.
- No entanto, os valores do índice de não rendimento dão conta de algumas mudanças importantes. Na verdade, o incremento entre 2010 e 2012 foi de 35,7%, em consonância com o montante de verbas orçamentais alocadas pelo Estado e consistente com algumas melhorias em variáveis sociais relacionadas com a esperança de vida à nascença.
- Não obstante estas melhorias, alguns relatórios e estudos elaborados sobre o cumprimento dos objectivos de desenvolvimento do milénio, receiam que a maior parte não sejam atingidos nos prazos acordados (progressos limitados foram identificados nos objectivos “redução da mortalidade infantil”, “melhoria na saúde materna” e “combate contra o HIV-SIDA, malária e outras doenças”.
- Finalmente, a diferença entre os dois índices, que sugere que os ganhos no IDH se têm conseguido, sobretudo, pela via do rendimento ou do crescimento económico, embora se tenha reduzido em 2011 e 2012, a pontualizar alterações positivas no efeito contágio do crescimento económico.

Outro ângulo de análise é o do rendimento nacional bruto por habitante, corrigido pela paridade do poder de compra entre kwanza e dólar americano e a preços constantes de 2005. O mais surpreendente é que tem vindo a decrescer entre 2010 e 2012.

RNB PER CAPITA (PPP USD 2005)			CLASSIFICAÇÃO NO RNBpc		
2010	2011	2012	2010	2011	2012
4941	4874	4812	99	110	113

Fonte: World Bank, World Economic Indicators, 2014.

Entre os anos extremos do período considerado, o valor deste variável diminuiu 2,6% e consequentemente Angola perdeu 14 posições na classificação internacional do rendimento nacional bruto por habitante. Recorrendo-se às noções básicas da Contabilidade Nacional relativas à conversão do PIB em Rendimento Nacional parece que o peso das transferências para o exterior dos rendimentos factoriais tem aumentado, diminuindo-se, em conformidade, o valor remanescente para repartição entre os factores de produção nacionais e os angolanos, conforme referi já anteriormente. De resto, o que verdadeiramente devia contar para efeitos de análise

sobre a repartição funcional do rendimento nacional deveria ser o Rendimento Nacional Líquido²⁴.

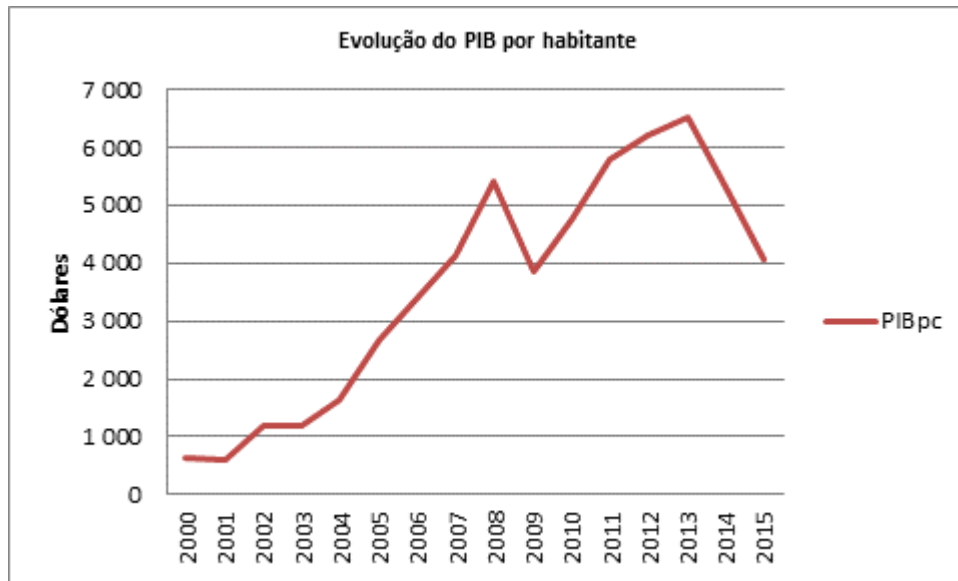
Mas o Índice de Desenvolvimento Humano ainda permite outro tipo de análise da desigualdade em Angola, de acordo com os valores dos Relatórios do PNUD para os anos indicados na tabela seguinte.

				DESIGUALDADE EM ANGOLA			
				2011	2012	2013	2014
Índice de Desenvolvimento Humano				0,486	0,508	0,526	0,532
IDH ajustado à desigualdade					0,285	0,354	0,335
Perda no IDH (%)					43,9	44,0	37,0
Índice rendimento ajustado desigualdad				0,278	0,286	0,313	0,453
Perda no IDH (%)				42,8	43,7	40,5	14,8
Perda IDH (%) PNUD				50,0	50,0		
Coeficiente de Gini de rendimento				58,6	58,6	42,7	42,7
Índice de desigualdade de género							
Ranking				148	148	149	149
Perda de lugares com ajustamento					11	17	8

Fonte: UNDP, Relatórios sobre o Desenvolvimento Humano

Quando o IDH se ajusta à desigualdade, não apenas o seu valor diminuiu, em média, mais de 40%, como o país perde posições no ranking internacional. Quanto maior for a diferença entre o IDH e o IDH ajustado pela desigualdade, mais elevada é a diferenciação na repartição do rendimento nacional, colocando-se Angola entre os países de maiores assimetrias na distribuição pessoal do rendimento anualmente gerado, com implicações pesadas sobre a criação de riqueza e o desfrutar de oportunidades da parte dos 60% cuja despesa média diária não atinge dois dólares. Os dados divulgados pelo PNUD para 2014 seguramente que ainda não estão ajustados aos efeitos da crise financeira e económica que justamente nesse ano começou a afectar os cidadãos. Como comprovativo estão os valores do PIB por habitante a preços correntes em dólares.

²⁴ Ver World Bank, World Development Indicators, 2011 e 2012.



Fonte: CEIC, Estudos sobre o PIB por habitante.

Mas a desigualdade na redistribuição do rendimento também se expressa pelas oportunidades dadas na educação – ainda que os respectivos efeitos sejam sobretudo de longo prazo, mais e melhores oportunidades a curto e médio prazo, especialmente em profissões técnicas e profissionalizantes, possibilitam a entrada imediata no mercado de trabalho e a obtenção de salários aceitáveis – e nos serviços prestados na saúde, compatíveis com ganhos praticamente imediatos na produtividade geral do trabalho, por redução da taxa de absentismo.

A tabela 16 do Relatório do Desenvolvimento Humano de 2015 apresenta valores sobre o grau de satisfação das pessoas quanto a determinados itens (que devem ser lidos em termos de percentagem da população satisfeita).

	IDH	Quali.educa	Quali.saúde	Nível vida	Segurança	Liberdade	Índ.satis.gera
ANGOLA	0,532	46	29	35	46	34	3,8

Fonte: UNDP, Human Development Report 2015.

Em termos gerais, os níveis de satisfação no país são muito baixos, o que é consistente com o elevado índice de pobreza, a concentração da riqueza e a dificuldade de acesso às oportunidades para se melhorarem os padrões de vida. Via de regra, as melhores ocasiões são conhecidas pelos agentes políticos e governamentais exercendo o poder e empresariais muito perto da área da decisão (por muito que se tente provar que as concessões para a construção das barragens de Laúca (3,5 mil milhões de dólares) e de Caculo-Cabaça (mais de 4 mil milhões de dólares que a transformarão no maior empreendimento hidro-eléctrico do país) com financiamento garantido pela nova linha de crédito chinesa, para a reabilitação da cidade de Luanda e para a construção da nova marginal Praia do Bispo-Corimba (1,2 mil milhões de dólares, quase adjudicações directas às empresas Urbeinveste Projectos Imobiliários (615,2 mil milhões de dólares)

e Van Oord Dredging and Marine Contractors (585 mil milhões e dólares) que se trataram de concursos transparentes e que as oportunidades foram devidamente publicitadas, sabe-se que não foi assim). Daí que o valor de 3,8 para o índice de satisfação geral – que varia entre zero (nada satisfeitos) e 10 (satisfação completa) – seja consistente com a situação que se vive em Angola, um país de oportunidades apenas para alguns.

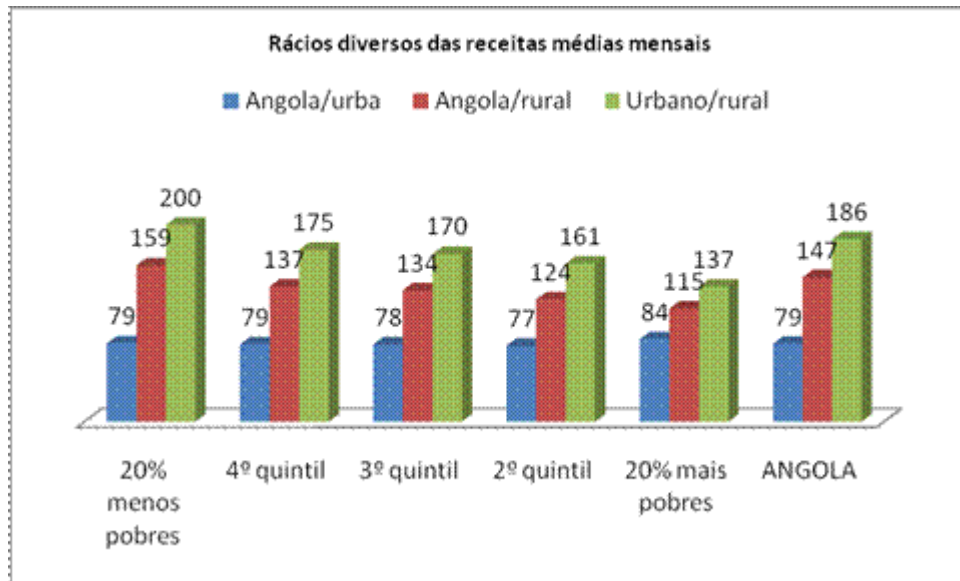
Os parciais do índice geral de satisfação são concludentes: apenas 46% da população está contente com a qualidade da educação, 29% com a qualidade da saúde, 35% com o seu nível de vida e 34% com a liberdade de expressão e manifestação. Os níveis de satisfação com a segurança individual não ultrapassam 46%, igualmente consistente com a criminalidade e marginalidade que se agravam diariamente.

O anúncio, em Agosto de 2010, dos resultados do IBEP (Inquérito Integrado Sobre o Bem-Estar da População 2008/2009) foi feito com alguma pompa, pelo Governo, baseada na melhoria de alguns indicadores sociais – e relacionados com as condições gerais de vida da população – e, sobretudo, na redução da taxa de pobreza. No entanto, numa nota inserida na versão resumida dos resultados do IBEP, preparada e difundida pelo INE, chama-se a atenção para a não comparabilidade da taxa de pobreza com a que tradicionalmente vinha sendo usada e que a colocava nos 68,2% da população. A taxa de pobreza oficial é de 36,6% e está inviabilizada qualquer hipótese de comparação.

Durante a IV Semana Social da CEAST – realizada em Luanda entre 11 e 15 de Janeiro de 2011 – ficou patente, em algumas das intervenções, que o país sofre duma pobreza absoluta profunda e extensa, não compaginável com a cifra oficial. Em Luanda toda a gente se cruza, diariamente, com situações evidentes de pobreza que não se contêm nos 37% do IBEP. Como dizia o poeta “vemos, ouvimos e lemos, não podemos ignorar”.

Uma das notas mais salientes do IBEP é a profunda diferença entre o mundo rural e o mundo urbano. Qualquer que seja o atributo de análise, a economia e a sociedade rural colocam-se a muitos pontos de distância da sociedade urbana, onde os comportamentos de novo-riquismo se manifestam duma forma contundente.

Do ponto de vista dos rendimentos médios mensais – na generalidade muito baixos (a média para o país era de 8767 kwanzas, cerca de 100 dólares americanos), fazendo supor que no inquérito não foram consideradas as classes de rendimento elevado, em torno dos 5000 dólares por mês – as condições de vida urbanas valem quase duas vezes as do mundo rural.



FONTE: INE, IBEP.

É ao nível das classes menos pobres que as diferenças de rendimento entre os dois mundos são mais significativas, chegando aos 200% para o 5º quintil, a assinalar, justamente, que as grandes fortunas estão nas cidades, como, de resto, o atestam os vários sinais exteriores de riqueza.

O país iguala-se na pobreza, pois para os 20% mais pobres a diferença entre a média nacional e a média rural é de apenas 15%. Nos 20% menos pobres, o país está 58,9% acima da média rural. A igualização na pobreza aumenta à medida que se baixa no escalão de rendimento. As diferenças regionais são mais assinaláveis para os escalões mais elevados de rendimento, o que pode significar que a actividade agrícola é, essencialmente, exercida pelos pobres.

Se se atentar no nível das receitas médias mensais difundidas pelo IBEP²⁵, as diferenças entre os 20% mais pobres e os 20% menos pobres são abissais, conforme se pode comprovar pelos valores da tabela seguinte²⁶.

DIFERENÇAS ENTRE O RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DOS 20% MENOS POBRES E DOS 20% MAIS POBRES

	Média nacional	Média urbana	Média rural
Em número de vezes	18,4	19,4	13,3
Em percentagem	1741,2	1841,0	1232,0

FONTE: INE, IBEP.

²⁵ Conforme se referiu anteriormente – e na falta duma explicação metodológica detalhada que o INE ficou de apresentar – duvida-se que este inquérito tenha englobado rendimentos médios mensais iguais ou acima de 5000 dólares.

²⁶ Esta é uma das formas de se medir a desigualdade na distribuição do rendimento. Ver Manuel Porto, *Economia – Um Texto Introdutório*, Almedina Editores, 2002.

Fim de Ciclo, Começo de Quê? Começo de quê, viragem para onde? E ao serviço de quem?

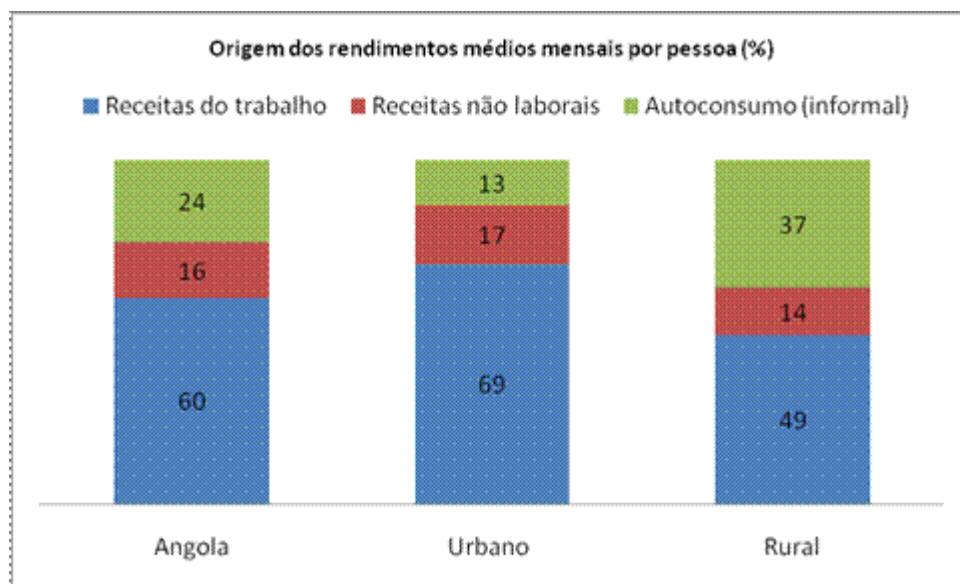
Têm, portanto, base efectiva e evidências empíricas comprovadas as preocupações que algumas instituições angolanas, como a Igreja Católica e outras igrejas cristãs, sempre manifestaram quanto às tremendas desigualdades sociais no país.

Mas a este problema acrescenta-se o do real valor económico dos rendimentos médios mensais apurados pelo IBEP: qual o seu efectivo poder de compra, perante um sistema nacional de preços desequilibrado e onde as diferenças relativas entre si não traduzem o seu real valor económico? Um rendimento médio mensal dos 20% mais pobres em 2008/2009 de 1414 kwanzas, equivalente a 18,1 dólares à taxa de câmbio de 2008, que quantidade de bens de consumo básico pôde adquirir?

Porém, a matéria relacionada com a expressão monetária do rendimento médio mensal não se coloca apenas nos 20% mais pobres. É geral. Por exemplo, os 20% menos pobres auferiram, em média nacional, 26035 kwanzas de rendimento, equivalentes a 334 dólares por mês (11 dólares por dia). Este valor é incomparável com os comportamentos e condições de vida ostentados por uma camada restrita da população.

Em conclusão, o país tem um problema grave por resolver quanto aos baixos salários praticados: é a baixa produtividade do trabalho que o justifica ou são os baixos salários que explicam a baixa produtividade?

Os rendimentos médios mensais podem ser analisados segundo mais três perspectivas: a fonte de origem, o género e o nível de escolaridade dos chefes de família.



FONTE: INE, IBEP.

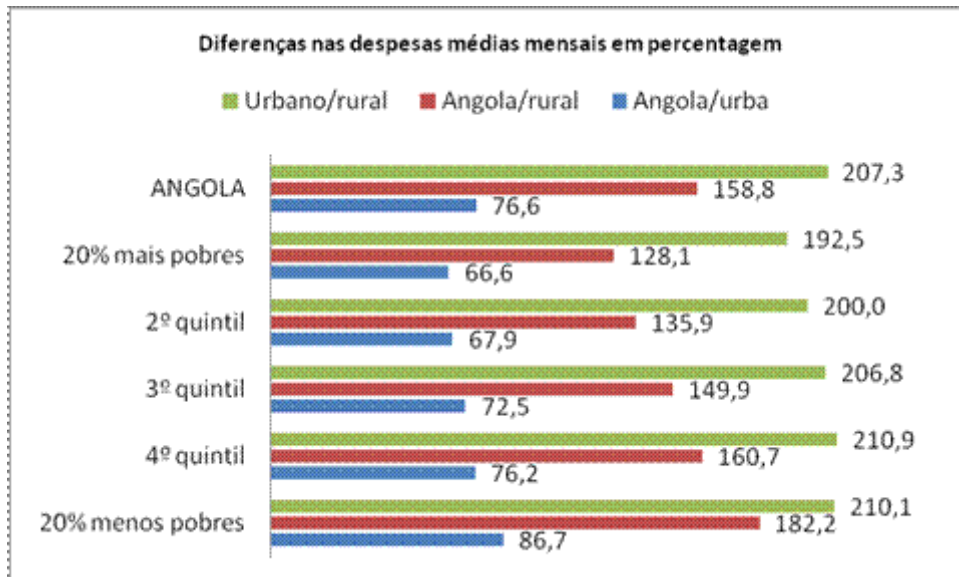
Alguns aspectos interessantes decorrentes do gráfico anterior, embora do conhecimento geral:

- ✚ O emprego, especialmente por conta de outrem, é essencialmente urbano, onde estão localizadas as principais actividades económicas²⁷.
- ✚ O índice de autoconsumo – ou de produção de subsistência – é elevado (24%) e este fenómeno é, essencialmente, rural (37%).
- ✚ O sector informal (assimilando o trabalho por conta própria – de onde se originam os rendimentos não laborais – ao mercado informal) pode representar cerca de 17% (valor, ainda assim distante de algumas estimativas conhecidas sobre o fenómeno).

As despesas estão intimamente relacionadas com as receitas, estando o seu nível médio condicionado pelo rendimento e a correspondente origem.

Em termos gerais, verifica-se, do mesmo modo que para as receitas, que o seu montante médio é tremendamente baixo, não sendo possível às famílias para baixo do 3º quintil apresentar níveis razoáveis de alimentação, o que favorece o aparecimento de doenças e agrava os indicadores de saúde.

Do lado das despesas médias mensais – em torno dos 6500 kwanzas em 2008/2009 (menos de 100 dólares) – as disparidades entre o urbano e o rural são ainda mais acentuadas do que relativamente às receitas, rondando os 207%.



FONTE: INE, IBEP.

²⁷ Ver Alves da Rocha: Desigualdades e Assimetrias Regionais em Angola – Os Factores de Competitividade Territorial, Universidade Católica de Angola, Centro de Estudos e Investigação Científica, 2010.

Fim de Ciclo, Começo de Quê? Começo de quê, viragem para onde? E ao serviço de quem?

É em relação ao quintil dos 20% menos pobres que as diferenças entre as despesas dos urbanos e as despesas dos rurais mais se acentua.

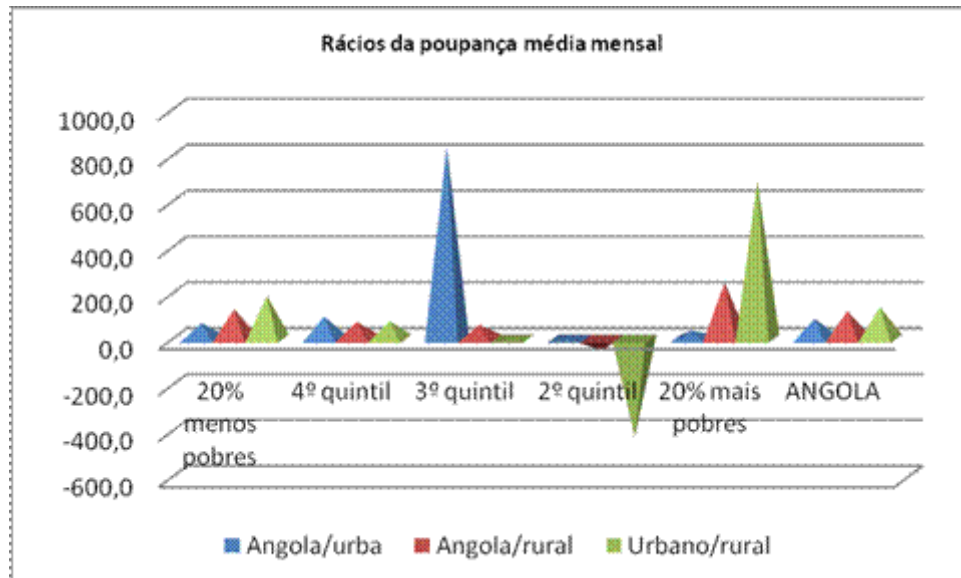
À semelhança das receitas, a sua distribuição entre os 20% mais pobres e os 20% menos pobres apresenta assimetrias relevantes, embora menos agressivas do que relativamente aos rendimentos.

DIFERENÇAS ENTRE A DESPESA MÉDIA MENSAL DOS 20% MENOS POBRES E DOS 20% MAIS POBRES

	Média nacional	Média urbana	Média rural
Em número de vezes	9,5	7,3	6,7
Em percentagem	851,5	630,2	569,1

FONTE: INE, IBEP.

Outra perspectiva interessante do IBEP relaciona-se com a capacidade de poupança nacional.



Fixando-se a atenção para os gráficos que traduzem a desigualdade na repartição do rendimento, constata-se que até ao quarto quintil não há capacidade de poupança. Com efeito, 80% da população concentrou 51% das despesas e apenas 41% das receitas. No entanto, estes dados não são consistentes com os apresentados noutros gráficos, dos quais decorre que a capacidade de poupança aparece a partir do terceiro quintil, para o qual o INE calculou uma receita média mensal de 5086 kwanzas e uma despesa média mensal de 4666 kwanzas (o primeiro e o segundo quintil patenteiam uma capacidade negativa de geração de poupança).

POUPANÇA BRUTA MÉDIA MENSAL (KWANZAS DE 2008)

	Angola	Urbano	Rural
20% menos pobres	9374	13572	7237
4º quintil	1208	1259	1627
3º quintil	420	50	692
2º quintil	-80	-655	153
20% mais pobres	-337	-942	-137
ANGOLA	2318	2658	1906

FONTES: INE, IBEP.

Economicamente, os valores negativos para a poupança dos 40% mais pobres (1º e 2º quintis) só podem ser explicados pela incapacidade de as actividades por si exercidas gerarem um nível de renda que possa cobrir as necessidades básicas de alimentação e vestuário. Socialmente, estes 40% mais pobres de Angola só conseguem sobreviver graças à assistência social e à solidariedade entre as famílias.

Se as receitas médias mensais por pessoa correspondem a rendimento disponível, então os valores anteriores correspondem a poupança disponível das famílias, de acordo com os resultados do IBEP. Caso contrário, serão mais baixos, devido à incidência dos impostos.

Seja como for, a verdadeira capacidade de poupança está nos 20% menos pobres (volta a sublinhar-se que menos pobres não significa necessariamente mais ricos), com uma receita média mensal de 26035 kwanzas e uma despesa de 15661 kwanzas (assim, em 2008 os 20% dos angolanos menos pobres teriam poupado 4,6 milhões de dólares, o que não deixa de ser ridículo perante a acumulação patenteada por alguns cidadãos e famílias ricas, igualmente incluídos nesta classe social, capazes de adquirir vivendas e outros bens de luxo de valor superior a este).

A poupança total interna das famílias em 2008 pode ser estimada em 6,6 milhões de dólares (0,0006% do PIB), o que é, evidentemente, caricato, comprovando-se, também por esta via, que o IBEP não foi um inquérito abrangente, tendo deixado de fora as classes de rendimento mais abastadas²⁸.

Será que o facto de a capacidade de poupança residir na população mais rica é razão suficiente para justificar e aceitar os fantásticos desníveis de condições de vida entre os angolanos?

²⁸ As Contas Nacionais, ainda que provisórias e preliminares, anotam uma poupança interna (Estado, empresas e famílias) de 12,5% do PIB, ou sejam, 10,5 mil milhões de dólares em 2008. Existem, na verdade, fracturas terríveis na sociedade angolana.

Fim de Ciclo, Começo de Quê? Começo de quê, viragem para onde? E ao serviço de quem?

O que não é natural é que as diferenças sejam abissais (ver o valor do coeficiente de Gini para os países desenvolvidos e alguns dos emergentes). O crescimento económico em Angola tem sido, sobretudo depois de 2000, particularmente generoso para com uma faixa da população que não representa mais de 2,5% do total, pois só assim se pode compreender a acumulação assimétrica de riqueza, traduzida pela afirmação e crescimento dum procura sustentada de bens de alto padrão.

Os indicadores do IBEP que expressam a desigualdade na distribuição do rendimento apontam para uma concentração de 60% em 20% da população, considerada a menos pobre, significando que esta faixa da população auferiu, em média e em 2008, um rendimento médio mensal de cerca de 1150 dólares, que é relativamente inconsistente com a realidade da riqueza e das fortunas em Angola.

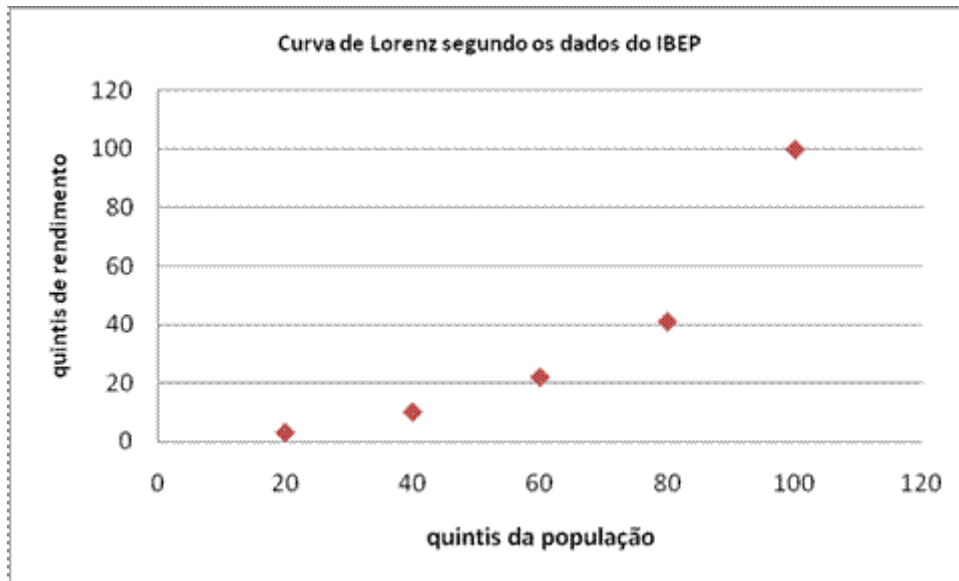
Fazendo as contas ao contrário e ainda com base nos indicadores do IBEP, o PIB estimado para 2008 (82161,5 milhões de dólares) pode estar subavaliado.

Admita-se uma cifra de 2000 dólares mensais como rendimento médio dos 20% mais ricos da nossa sociedade. Mantendo os coeficientes de repartição do rendimento apontados pelo inquérito do INE, o PIB em 2008 deveria ter sido de cerca de 88,6 mil milhões de dólares, correspondendo, portanto, a uma diferença, para menos, de 6,5 mil milhões de dólares.

Aos 20% mais pobres, que auferiram 3% do PIB de 2008, coube uma cifra mensal de 63,8 dólares, o que dá bem conta das dificuldades de sobrevivência de cerca de 3,6 milhões de angolanos. Mas a situação dos 20% menos pobres também não é famosa, porquanto cada um destes cidadãos auferiu uma cifra média mensal equivalente a 148 dólares. Do que se conclui que:

- O âmbito do IBEP não considerou as classes mais elevadas de rendimento (classe média e média alta).
- O índice de Gini de 0,55 apresentado no IBEP não pode corresponder ao conjunto da realidade social nacional.
- A assimétrica distribuição do rendimento é, de facto, uma problemática séria, de todos os pontos de vista: económico, porque não fomenta nem democratiza a poupança e o consumo; social, na medida em que introduz situações de profunda injustiça, inválidas perante seja que código de valores for; política, pelas convulsões e instabilidade que pode suscitar.

A curva de Lorenz para Angola e de acordo com as informações do IBEP apresenta-se muito convexa, particularmente para os 20% da população que auferem 60% do rendimento, mostrando-se, portanto, uma desigualdade muito pronunciada na distribuição do rendimento.



FONTE: INE, IBEP, 2008/2009.

Se os limites de pobreza em Angola fossem os da União Europeia (cerca de 10 euros por dia), então mais de 80% da população angolana cairia na faixa da pobreza. Inclusivamente algumas famílias dos limites inferiores da faixa dos 20% menos pobres poderiam ser apanhadas nas teias da pobreza europeia. Dez euros por dia, ou 13 dólares ao câmbio da data da realização do IBEP, compravam muito poucos produtos em Angola. O país não tem apenas um problema de inflação (a despeito do movimento de desinflação depois de 2010 – 15,3% nesse ano, 11,4% em 2011, 9% em 2012 e 7,7% em 2013 – não se tem a certeza de que estes ganhos sejam seguros e permanentes, porque baseados numa estratégia monetária que tem como principal suporte as receitas do petróleo), mas de preços relativos. Os bens, importados ou de produção nacional, são muito caros, não resistindo a comparações internacionais.

O World Development Report 2014 do Banco Mundial (página 301) apresenta uma tabela onde uma das variáveis de caracterização dos países é a “poverty headcount ratio”, cujo valor para Angola é de 77,1%, em 2010, para uma linha de pobreza de 2,5 dólares por dia, em paridade do poder de compra²⁹. Ou seja, se o mínimo para se considerar uma pessoa ou um agregado familiar pobre for de 2,5 dólares por dia então em Angola existiam mais de 77% de pessoas nessas condições, o que não deixa de ser relativamente consistente com as estatísticas do IBEP para 2009.

Outro dado do maior interesse nesse mesmo exercício do Banco Mundial sobre a pobreza é o valor da sua taxa se o rendimento limite fosse de 10 dólares por dia, também em paridade do poder de compra. No fundo é uma aproximação semelhante à mostrada mais acima para um limiar de 10 euros por dia de rendimento disponível. A tabela seguinte fornece informações para alguns países.

²⁹ World Bank – World Development Report 2014.

POVERTY HEADCOUNT RATIO (% da população) (dados para 2010)

PAÍSES	\$2,5/por dia (PPC)	\$10/por dia (PPC)
ANGOLA	77,1	98,9
BRASIL	15,1	64,4
CAMARÕES	42,9	95,2
RDC	97,0	100,0
CONGO	81,8	98,7
MALÁSIA	6,2	55,1
QUÉNIA	76,6	98,4
MOÇAMBIQUE	84,4	99,5
NIGÉRIA	86,3	99,8
ÁFRICA DO SUL	39,5	79,5

FONTE: World Bank – World Development Report 2014: Risk and Opportunity (página 301).

Os países de maior concentração de rendimento, em 2010, eram Angola, a RDC, os Camarões, a República do Congo, o Quénia, Moçambique e a Nigéria, onde o limiar de \$10 por dia transformaria, virtualmente, toda a população em pobres.

A taxa global de pobreza apresentada pelo IBEP 2008/2009 é de 36,6%, uma redução, face aos 68,2% de 2001/2002, de 31,6 pontos percentuais³⁰, verdadeiramente extraordinário em apenas seis anos. De resto, é esta incomum velocidade exponencial de melhoria das condições de vida dos cidadãos que leva investigadores e instituições internacionais a duvidarem desses resultados.

Ainda que prevaleçam dúvidas sobre a verdadeira extensão e profundidade da pobreza no país, pode ser interessante reflectir sobre o esforço financeiro subjacente à erradicação da pobreza, na hipótese de as forças de mercado actuarem em perfeita liberdade³¹.

Tomando-se um rendimento médio diário de 5 dólares por pessoa como o mínimo de dignidade humana, a redução a zero da taxa de pobreza apresentada pelo IBEP requereria um esforço anual adicional da economia de 7,2 mil milhões de dólares, cerca de 8,5% do PIB de 2008 (ano de base do inquérito às condições de vida da população)³². Ou seja, sem interferências nocivas veiculadas pela corrupção e pelo

³⁰ Com as ressalvas já assinaladas mais atrás sobre a falta de comparabilidade que o INE destaca nas folhas de apresentação dos resultados do IBEP.

³¹ Trata-se dum mero cálculo contabilístico, com limitações dadas pela hipótese de linearidade das estimativas. Na verdade, fica de fora a dimensão psicológica da pobreza, cuja quantificação é muito difícil.

³² Na literatura da especialidade chama-se a esta diferença o Total Poverty Gap (Todaro e Smith, 2003, Economic Development).

Fim de Ciclo, Começo de Quê? Começo de quê, viragem para onde? E ao serviço de quem?

tráfico de influências, fenómenos que ampliam a desigual repartição do rendimento, o PIB deveria ter sido de 91378 milhões de dólares para que tivesse sido possível ultrapassar a pobreza.

Se a linha de dignidade humana for elevada para 7 dólares por dia, o esforço económico adicional estabelecer-se-ia nos 12 mil milhões de dólares.

O CEIC tem uma metodologia que lhe permite em cada ano e face a um leque de informações económicas e sociais, estimar a taxa de pobreza no país. O exercício foi ajustado pelas novas taxas de crescimento do PIB (Governo e Fundo Monetário Internacional) e da população, que segundo o INE é de 3,2% ao ano (o que, evidentemente, prejudica o valor e a dinâmica de evolução do PIB por habitante, uma das variáveis-chave do modelo³³).

Os resultados constam da tabela seguinte.

	Taxa de cresc. do PIB	Taxa de cresc. da População	Taxa de cresc. PIB per capita	Taxa de Pobreza
2009	2,1	3,2	-1,0	40,8
2010	3,6	3,2	0,3	40,6
2011	3,4	3,2	0,2	40,5
2012	5,3	3,2	2,0	39,7
2013	4,1	3,2	0,9	39,3
2014	5,3	3,2	2,0	38,4
2015	5,5	3,2	2,2	37,5
2016	5,9	3,2	2,6	36,5
2017	3,3	3,2	0,1	36,4

O Governo estabeleceu como meta para 2017 reduzir a taxa de pobreza de 36,6% para 28% (ver Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, página 40). Para isso tornar-se-á necessário que:

- A taxa média de crescimento do PIB entre 2014 e 2017 seja de 11% ao ano.
- Se melhorem os canais de redistribuição do rendimento, através dos impostos e das prestações sociais, a que poderá corresponder uma elasticidade rendimento/pobreza de -1,85.
- A taxa de crescimento demográfico se mantenha em 3,2%. Uma diminuição deste valor pode poupar tempo na obtenção desta meta ou diminuir a exigência na melhoria do padrão de distribuição do rendimento nacional no país.

Uma elasticidade rendimento-pobreza de -1,85 pressupõe canais de transmissão dos efeitos do crescimento económico abertos e politicamente desbloqueados. O

³³A outra é a “elasticidade rendimento-pobreza” uma “proxy” do efeito contágio do crescimento económico sobre os rendimentos da população.

processo de acumulação primitiva de capital teria de cessar nos contornos injustos, desequilibrados, desestruturantes e assimétricos que o caracterizam actualmente e ser substituído por um modelo de distribuição do rendimento mais centrado no emprego, nas remunerações do trabalho e no incremento da produtividade. O crescimento do PIB é um factor essencial para a redução da pobreza, mas é-o também a alteração do modelo de concentração do rendimento e da riqueza vigente.

Uma taxa de pobreza de 28% em 2017 só será possível com uma alteração quase radical dos esquemas de acesso à renda nacional, seja em termos primários, seja pela aplicação de instrumentos de política económica mais redistributivos. Ou seja, a política do Governo, dentro de determinado padrão de crescimento, teria de se orientar vigorosamente para uma alteração dos mecanismos e formas de acesso ao rendimento nacional (incrementos salariais, redução dos impostos sobre os rendimentos do trabalho, aumento das transferências de carácter social (tais como as reformas, pensões, subsídios diversos), etc.).

Não sendo alterado significativamente o modelo actual de divisão da renda nacional (equivalente a uma elasticidade rendimento/pobreza de -1), então as exigências são mais fortes para o cumprimento da meta: taxa de crescimento real e anual do PIB de 20%, taxa de crescimento do rendimento nacional bruto por habitante de 16,8% e um valor do PIB por habitante de 7358 dólares.

Qualquer um dos cenários dá bem conta que, finalmente, não existem muitas condições para se melhorar significativamente a divisão do rendimento até 2017 e obter ganhos sociais evidentes com o crescimento económico. O modelo existente apresenta muitas resistências, porque fundado num amalgamado de conivências, interesses e tráfico de influências de difícil penetração e quase impossível modificação no actual contexto de correlação política.

A elasticidade rendimento/pobreza acaba por simbolizar o modelo de repartição do rendimento: quanto maior o seu valor, maior o impacto do crescimento económico sobre a redução da pobreza. O efeito contágio do crescimento económico sobre a redução da pobreza pode igualmente ser apreciado pelo valor da elasticidade rendimento/pobreza. Por exemplo, o valor -1 significa que um incremento do rendimento por habitante de 1% provoca uma redução da taxa de pobreza no mesmo montante.

Sem dúvida que tem havido políticas sociais tendentes a reduzir as discrepâncias sociais e a melhorar as condições de vida da população, mas insuficientemente inclusivas, solidárias, justas e economicamente racionais. As transferências do Estado para as famílias, na forma de reformas, pensões e abonos de família – que aumentam o rendimento disponível da população pobre – são ínfimas, uma vez que está, ainda, em fase embrionária de constituição um sistema geral de previdência social. Os valores inscritos anualmente no OGE dizem respeito aos servidores civis, militares e

paramilitares do Estado. A legislação vigente prevê a constituição de seguros de reforma para os particulares, relegando para o primado da livre escolha o esquema de descontos a vigorar. Para a população pobre é difícil subtrair qualquer valor que seja ao seu rendimento mensal, pois está-se a falar de valores de menos de dois dólares por dia.

Outro aspecto de enorme relevância para a redução da pobreza no país relativiza-se no relacionamento entre crescimento da população e escassez de alimentos³⁴. Volta-se à discussão lançada por Malthus há mais de 350 anos. Nas regiões mais interiores do território nacional a taxa de desnutrição da população deve ser muito elevada, atendendo a que o rendimento médio mensal dos 20% mais pobres vivendo em área rural foi de 1230 kwanzas em 2008/2009 (não mais de 16 dólares, ou sejam, 50 cêntimos por dia). O IBEP – versão resumida e gráfica – nada revela sobre este aspecto, mas seguramente que os apuramentos dos inquéritos permitem um cálculo, aproximado que seja, da taxa global de desnutrição, que é fundamental para as políticas económicas, dada a sua evidente influência sobre a capacidade potencial de crescimento do país.

As Nações Unidas consideram uma taxa média de crescimento natural da população angolana de 3,1%, o que significa uma duplicação da população a cada 23 anos³⁵. Se o actual modelo de repartição do rendimento e da riqueza não for substancialmente alterado, o crescimento da população potenciará o incremento da pobreza e influenciará negativamente o crescimento económico.

Os salários estão estreitamente relacionados com a pobreza, dependendo a redução deste estado deprimente de condição humana do montante dos rendimentos do trabalho entregues aos trabalhadores e às famílias. Já se viu que a remuneração média mensal atribuída ao factor trabalho nacional é muito baixa (37000 kwanzas mensais em 2012 segundo as Contas Nacionais do INE), havendo necessidade de se equacionarem e aplicarem políticas de valorização dos trabalhadores angolanos, seja através de negociações entre as organizações patronais e sindicais quanto às modalidades e proporcionalidades de repartição dos ganhos de produtividade, quer por intermédio de acções de valorização profissional e de especialização produtiva tendentes a melhorarem a eficiência da força de trabalho. Se não, a taxa de pobreza que o Governo almeja alcançar em 2017 (28%) não será alcançada³⁶.

O sector agrícola tem um papel importante a desempenhar nos processos de distribuição do rendimento nacional. Existem evidências empíricas sobre a correlação entre o crescimento do PIB agrícola e a redução da pobreza e das desigualdades. Dum ponto de vista teórico, a intensidade de mão-de-obra própria dos modelos de produção

³⁴ Ao nível oficial reconhece-se a existência de fome em muitas zonas do país, embora sem a necessária quantificação. Um dos objectivos que tem sido recorrente nos Programas do Governo é o da erradicação da fome em Angola.

³⁵ Nações Unidas – Relatório sobre o Desenvolvimento Humano, 2015. A taxa de fecundidade admitida é de 5,9. Já se viu mais atrás que o INE trabalha com uma taxa de crescimento demográfico de 3,2% ao ano, sendo nessa base que apresenta as suas projecções.

³⁶ Ver Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 do Governo.

agrícola explica a maior capacidade deste sector na abordagem dos problemas da pobreza e da distribuição do rendimento³⁷. A actividade agrícola em África ainda é a grande empregadora de força de trabalho, donde se explica o seu poder de criação e repartição de rendimento. Na África subsariana a percentagem de população economicamente activa no sector agrícola é ainda muito elevada: 72% no período 1999-2001 e 66% em 2011³⁸. Uma diminuição de apenas 6 pontos percentuais em 10 anos indicia uma fraca capacidade de transformação estrutural, baseada na produtividade. Em Angola, este sector de actividade ainda respondia por 69% da população economicamente activa em 2011, contra 72% em 1999-2011, uma redução ainda mais ténue do que na África ao Sul do Sára (exíguos 3 pontos percentuais)³⁹.

Destacou-se anteriormente a relação entre crescimento na agricultura e redução da pobreza e melhoria da distribuição do rendimento na África subsariana. Porquê o crescimento do VAB agrícola é mais efectivo nesses aspectos? Uma primeira razão, da própria Teoria Económica, está relacionada com o aumento da produção: maior disponibilidade de produtos agrícolas pode torná-los mais baratos e assim permitir uma participação mais alargada da população na satisfação de necessidades alimentares (redução da fome e aumento da segurança alimentar)⁴⁰. Uma segunda razão relaciona-se com a maior disponibilidade de terra existente na África subsariana e a sua relativa melhor distribuição – em comparação, por exemplo, com a América Latina: sendo a terra o principal activo dos camponeses e da população pobre, disponibilidade e acesso concorrem para o aumento da produção e a distribuição do rendimento. A última razão está ligada ao tipo de unidades agrícolas existentes de médio e pequeno porte, muito mais requerentes de mão-de-obra. Estudos conduzidos pelas Nações Unidas demonstram a maior eficácia da agricultura no combate contra a pobreza⁴¹.

São profusos os estudos sobre a relação entre crescimento económico e distribuição do rendimento e da riqueza. Stiglitz (*The Price of Inequality*): “A culpa de todo o défice duma economia pode ser atribuída aos extremos de desigualdade” (se em Angola, 60% dos menos pobres transferissem 5% do seu rendimento, a procura aumentaria cerca de 3%, e para um multiplicador do consumo privado de 2, a taxa de crescimento do PIB poderia ser incrementada em 5%). Num estudo do FMI de 2011 concluiu-se que períodos mais longos de crescimento económico e a criação de economias mais eficientes e produtivas estão fortemente associados a mais igualdade

³⁷ Com as reservas inerentes à necessidade de se aumentar a sua produtividade e de libertação de força de trabalho para os restantes sectores de actividade, num processo coerente e convergente de transformações económicas estruturais (ver Alves da Rocha – *As Transformações Económicas Estruturais na África Subsariana 2000-2010*, Editora Mayamba, 2013).

³⁸ UNDP – *Africa Human Report 2012, Towards a Food Secure Future*, 2012.

³⁹ UNDP – *Africa Human Report 2012, Towards a Food Secure Future*, 2012.

⁴⁰ De acordo com a Lei de Engel, a população pobre tem um coeficiente mais elevado de afectação do seu rendimento aos produtos alimentares.

⁴¹ UNDP – *Africa Human Report 2012, Towards a Food Secure Future*, 2012.

na distribuição do rendimento. Fundo Monetário Internacional⁴²: “Há crescente evidência de que grandes desigualdades de rendimentos podem prejudicar a estabilidade macroeconómica e o crescimento”. E também que “estudos empíricos recentes concluíram que elevados níveis de desigualdade são prejudiciais para o crescimento continuado e sustentado”.

São igualmente abundantes os estudos sobre desigualdade de rendimento efectuados por eminentes economistas que se preocupam com as disparidades mundiais e dentro dos países. Joseph Stiglitz é um deles⁴³, assim como Jeffrey Sachs⁴⁴, mas outros académicos se têm debruçado sobre esta importante problemática social e política⁴⁵. Se por um lado, têm sido obtidas algumas evidências empíricas positivas sobre a verificação da hipótese de Kuznets (conforme mais atrás se referiu e mesmo Piketti reconhece), por outro, várias infirmações da curva invertida da repartição do rendimento têm, igualmente, sido obtidas. Ou seja, está-se perante um fenómeno que ainda não se encontra devidamente confirmado em todo o mundo. No entanto, estudos com séries históricas longas nos países desenvolvidos apresentam um coeficiente de correlação elevado entre distribuição do rendimento (representado pelo índice de Gini) e o crescimento económico. Os parâmetros de regressão apresentam-se igualmente com aceitáveis padrões de representatividade validados por diferentes testes estatísticos.

Nuno Alves – quadro superior do Banco de Portugal – realizou um estudo sobre este tema focalizando a análise sobre a União Europeia e particularizando para Portugal⁴⁶. A sua assunção de partida admite que os mecanismos de mercado provocam uma excessiva desigualdade na atribuição das remunerações aos factores de produção, havendo, por consequência de actuar, com políticas públicas correctas e justas, ao nível da redistribuição do Valor Acrescentado Nacional. Os principais instrumentos para corrigir as proporções factoriais na distribuição primária ou funcional do rendimento nacional são os impostos progressivos sobre o rendimento e as transferências orientadas para os segmentos mais vulneráveis da população. Stiglitz (The Price of Inequality) defende que *“quando a desigualdade na distribuição do rendimento é excessiva e fundada em falhas de mercado, um aumento da sua redistribuição pode promover um sistema económico mais eficiente e mais estável”*.

Nuno Alves usa três conceitos de rendimento:

- Rendimento Base, que corresponde ao Valor Acrescentado Bruto gerado primariamente pelos factores de produção, antes, portanto, da incidência de impostos e de prestações em dinheiro. Mais especificamente inclui rendimentos do trabalho (por conta de outrem e por conta própria), rendimentos de capital

⁴² Fiscal Policy and Income Distribution, 2014.

⁴³ Joseph Stiglitz - The Price of Inequality, W. W. Northen Company, 2013

⁴⁴ Jeffrey Sachs – Common Wealth: Um Novo Modelo para a Economia Mundial, Casa das Letras 2008 e “O Fim da Pobreza (como consegui-lo na nossa geração)”, Casa das Letras 2005.

⁴⁵ J. List and C. Gallet – The Kuznets Curve: What Happens After the Inverted-U?, Review of Development Economics, 2012, Wiley Blackwell 3, 200-206.

⁴⁶ Banco de Portugal – Boletim Económico, Inverno de 2013.

Fim de Ciclo, Começo de Quê? Começo de quê, viragem para onde? E ao serviço de quem?

e de propriedade, rendimentos recebidos por menores de 16 anos transferências e pensões e reformas de velhice e sobrevivência.

- Rendimento Bruto, dado pela soma do rendimento base e das prestações em dinheiro relativas a situações de desemprego, doença/acidente, invalidez, protecção de crianças/famílias, exclusão social, para apoio à educação e à habitação⁴⁷, mas sem a incidência dos impostos.

- Rendimento Disponível, o que sobra para ser aplicado em consumo e poupança e obtido pela subtracção dos impostos sobre os rendimentos do trabalho, lucros e ganhos de capital (juros e similares) e das contribuições para a Segurança Social ao Rendimento Bruto.

O estudo abrangeu todos os países da União Europeia (mais a Islândia Noruega) e refere-se ao rendimento auferido pelos cidadãos europeus em 2009.

A metodologia utilizada baseou-se na análise dos percentis 10, 50 e 90 da distribuição do rendimento base (tomada a sua mediana) e nas informações das Contas Nacionais de cada país e do Eurostat.

Nesta base foi possível retirar um primeiro grupo de conclusões:

- Desde logo, a elevada dispersão do rendimento base na generalidade dos países da amostra, ou seja, as diferenças entre países mais desenvolvidos e menos desenvolvidos do espaço europeu na repartição primária do rendimento são elevadas. Pode admitir-se que a hipótese de Kuznets se verifica.
- Em segundo lugar, a incidência dos impostos e das prestações sociais diminui substancialmente a dispersão do rendimento em todos os países da União Europeia, donde serem importantes as políticas públicas centradas na progressividade dos impostos e no estabelecimento de discriminações positivas a favor dos rendimentos do trabalho. Em média, a aplicação destes instrumentos melhora o índice de Gini, reduzindo o seu valor em cerca de 0,08 pontos percentuais⁴⁸.
- Em terceiro lugar, as diferenças regionais são significativas: Num extremo, encontram-se os países nórdicos (Noruega, Suécia, Finlândia, Dinamarca) com níveis de desigualdade no rendimento base (equivalente, conforme se disse, à repartição primária do rendimento de

⁴⁷ A maior parte destes subsídios é inexistente em Angola, sendo uma falha clara no painel de instrumentos de políticas públicas para promover e garantir uma redistribuição do rendimento que reponha a justiça e a equidade entre os cidadãos.

⁴⁸ Estes resultados são importantes para o Governo angolano e a sua política de distribuir melhor (distribuir mais, reduzindo o excesso de rendimento e riqueza dos muito ricos (qual é o seu limiar em Angola?)) para melhorar as condições de vida da população.

Fim de Ciclo, Começo de Quê? Começo de quê, viragem para onde? E ao serviço de quem?

acordo com os mecanismos de mercado) relativamente baixas⁴⁹, a que se adiciona uma elevada redistribuição do rendimento pela via das prestações sociais em dinheiro, consequencializando uma proximidade do rendimento disponível.

- Em quarto lugar, os países da Europa continental (Alemanha, França, Holanda, Luxemburgo) partilham das características anteriores, embora apresentem um nível ligeiramente superior de desigualdade antes (rendimento de base) e depois (rendimento disponível) da redistribuição do rendimento.
- Em quinto lugar, os países do extremo sul da Europa (Portugal, Grécia, Espanha, Itália) caracterizam-se por uma desigualdade relativamente elevada no rendimento base (qualificações menos abundantes), conjugada com uma redistribuição do rendimento relativamente baixa (fraqueza dos sistemas de segurança e previdência social e eventualmente excesso de impostos sobre rendimentos do trabalho). Nestes países foi inclusivamente identificado o efeito “paradoxo de Robin Hood”: o impacto redistributivo das prestações sociais em dinheiro é inferior ao efeito dos impostos sobre o rendimento. Ou seja, tira-se aos pobres para se dar aos ricos.
- Em sexto lugar, o Reino Unido apresenta características peculiares: desigualdade elevada na distribuição do rendimento base, mas acompanhada de um esforço significativo de redistribuição, tanto pela via das prestações sociais, quanto dos impostos sobre o rendimento.
- Finalmente, não há dúvida de que o rendimento disponível (corrigido pelos impostos e prestações sociais) diminui a desigualdade. Neste estudo, nota-se uma muito maior estabilidade na linha representativa deste rendimento entre os países, do que no rendimento base (o mais desigual) e no rendimento bruto.

O impacto das prestações sociais em dinheiro na diminuição da taxa de pobreza e da intensidade da pobreza costuma ser elevado⁵⁰. Utilizando como rendimento da linha de pobreza em Angola 4700 kwanzas por mês e um rendimento médio da população pobre de 2100 kwanzas por mês, a intensidade da pobreza pode ser calculada em 55,3%. No estudo de Nuno Alves conclui-se que as prestações sociais em dinheiro contribuem significativamente para diminuir o nível e a intensidade da pobreza.

Rareiam os estudos sobre distribuição do rendimento em África, embora se continue com a sensação de que os seus países, em particular os economicamente mais representativos, são dos mais desiguais. Sobretudo, os que assentam as suas estratégias

⁴⁹ Provavelmente devido à qualidade do capital humano e da especialização da mão-de-obra.

⁵⁰ No OGE para 2015 e 2016 o montante real (preços constantes) das prestações sociais dirigidas à população de fracos recursos tem diminuído. Se, tal como se prevê, a crise financeira e económica não for revertida até 2010, então é crível que a taxa de pobreza aumente e as condições de vida se deterioreem.

de crescimento nos sectores de enclave e que praticam um modelo de repartição rentista, com uma elite privilegiada a aceder aos rendimentos procedentes da exploração dos recursos naturais não renováveis.

Cassandro Mendes (da Escola de Negócios e Governança da Universidade de Cabo verde) e Olugbenga Adesida elaboraram um estudo aplicado sobre os países da África subsariana para descobrirem se a Curva de Kuznets tem validade empírica⁵¹. Este estudo abarcou 43 países e um período de mais de 20 anos (1980-2000).

Os ajustamentos econométricos basearam-se nos dois seguintes modelos:

MODELO QUADRÁTICO

$$Gini_{it} = \beta_0 + \beta_1 Y + \beta_2 Y^2 + \epsilon_{it}$$

Onde β_i são os parâmetros de regressão entre o índice de distribuição do rendimento e o crescimento económico (PIB = Y ou mesmo PIB per capita, em termos nominais ou de paridade do poder de compra) e ϵ_{it} o erro residual entre as variáveis ajustadas.

MODELO CÚBICO

$$Gini_{it} = \beta_0 + \beta_1 Y + \beta_2 Y^2 + \beta_3 Y^3 + \epsilon_{it}$$

Os resultados obtidos são interessantes e podem ser resumidos do seguinte modo:

- a) O modelo quadrático não explica nada, ou seja, nos 43 países da África subsariana não foram, por seu intermédio, identificadas evidências entre o coeficiente de Gini e o crescimento económico.
- b) Já o modelo cúbico consentiu uma correlação entre as variáveis em estudo com coeficientes estatísticos aceitáveis e relevantes para a análise económica.
- c) A conclusão geral é: mesmo nas economias africanas da África subsariana mais desenvolvidas a desigualdade tem aumentado à medida que o rendimento médio por habitante aumenta, ou seja, o crescimento económico não tem sido um factor de diminuição das desigualdades económicas e sociais entre a população.
- d) Os autores determinaram que o “*turning-point*” (nível de rendimento médio por habitante a partir do qual passa a existir uma relação amigável entre crescimento

⁵¹ Mendes, Cassandro e Olugbenga Adesida – Income inequality and economic development: evidence from Sub-Saharan African Countries, Economics Bulletin, Volume 33, Issue 2, June 2013.

Fim de Ciclo, Começo de Quê? Começo de quê, viragem para onde? E ao serviço de quem?

económico e melhoria significativa e sustentável das condições de vida dos cidadãos) se situa entre 13000 e 14000 dólares).

Esta conclusão é relevantíssima para Angola:

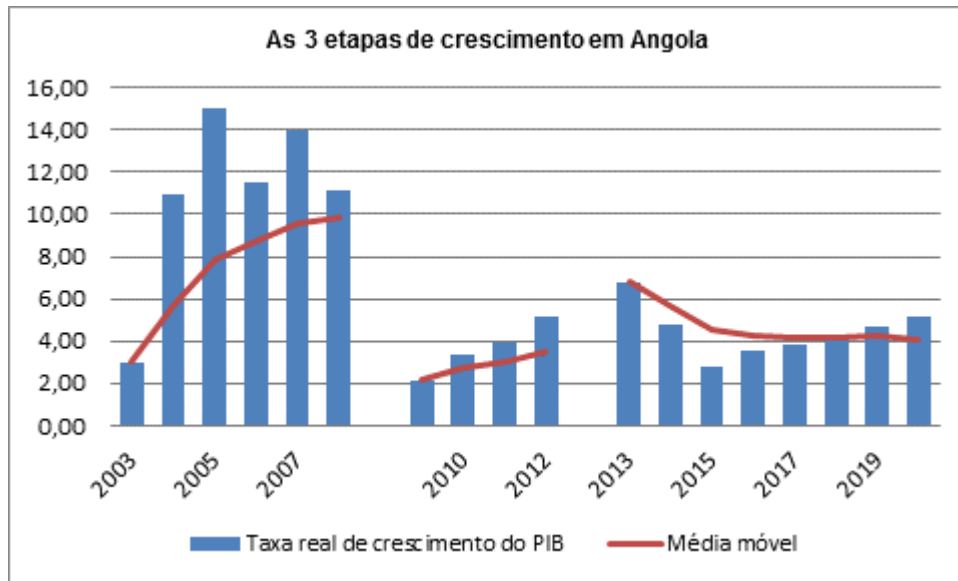
- a) O PIB por habitante em 2015 foi de 4050 dólares⁵², 9950 dólares menos do que o limite superior do intervalo anterior.
- b) Para se atingir o “*turning point*” ou se incrementa substancialmente a taxa de crescimento do PIB – de acordo com as últimas previsões do FMI⁵³, a taxa média anual de crescimento do PIB poderá ser da ordem dos 4,2%, ou então,
- c) A uma taxa de variação do PIB por habitante de 1,1% (admitindo-se uma taxa de crescimento médio do PIB de 4,2%⁵⁴ e de variação demográfica de 3,1% ao ano⁵⁵) serão necessários 120 anos para se encontrar o ponto de ruptura da excessiva concentração do rendimento no país. Naturalmente que se tratam de projecções lineares (tudo o resto permanecendo constante), mas este tipo de exercício tem a enorme vantagem de pôr a descoberto a amplitude dos fenómenos e de identificar a verdadeira natureza dos problemas. O aumento do PIB por habitante depende directamente da quantidade de crescimento económico conseguida e do controlo/estímulo da natalidade, parcialmente controláveis em alguns dos seus aspectos e fundamentos. Mas a sua distribuição pode ser negativamente influenciada pelas falhas de mercado (repartição primária ou do rendimento base) e pelo modelo existente quando privilegia a classe política e empresarial dominante. Nestas circunstâncias e no caso de Angola, se não forem 120 anos (e seguramente em termos reais não serão) poderão ser 30 anos, se, entretanto, forem feitas cedências significativas na diminuição dos excessos de concentração do rendimento e da riqueza.
- d) Se a taxa de crescimento do PIB fosse de 10% ao ano, mantendo a variável demográfica constante, o número de anos baixaria para 19. O problema está na possibilidade de ocorrerem taxas reais anuais de variação do PIB de 10%, com o sector petrolífero a quebrar o seu crescimento, as receitas de exportação a baixarem, as receitas fiscais em queda e a dívida pública a atingir patamares preocupantes que podem fazer perigar a sua sustentabilidade (segundo informações recentes veiculadas pela SIC – Notícias (8 de Fevereiro de 2016), o seu custo diário é de 24,5 milhões de euros).

⁵² CEIC – Relatório Económico 2013.

⁵³ IMF – Angola, Staff Report for the 2015 Article IV Consultation, October 2015.

⁵⁴ IMF – World Economic Outlook April 2014 and Angola – Second Post-Program Monitoring, March 2014.

⁵⁵ INE – Projecção da População 2009-2015.



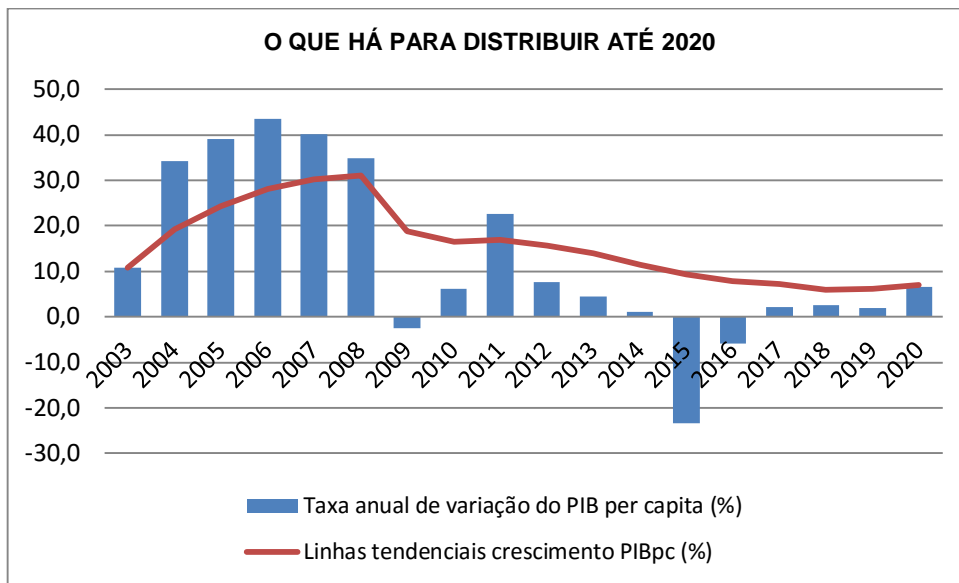
Fonte: CEIC, Quadro Macroeconómico Comparativo.

- e) A dúvida está em se a classe política em exercício do poder está, de facto, interessada em ceder privilégios e alterar os mecanismos estabelecidos que enviesam e dificultam um acesso mais generalizado e equitativo ao rendimento nacional. É por isto que aspectos como a descentralização administrativa, a criação das autarquias e o verdadeiro exercício da democracia tal como contemplado na Constituição da República se afiguram determinantes para o processo de repartição dos rendimentos e da riqueza no país.
- f) As políticas relacionadas com a distribuição secundária do rendimento – após a incidência dos impostos e das transferências para as famílias – costumam ser um instrumento para se corrigirem as assimetrias que os mecanismos de mercado e o “*rent-seeking*” introduzem no processo de repartição primária do rendimento. O Governo (Pano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017 páginas 67 e 68) e o MPLA (Programa de Governação para 2013-2017, páginas 79 e 80) acolhem estas medidas correctivas⁵⁶. Só que, perante um clima de corrupção generalizada e endémica e de forte tráfico de influências, estas medidas de

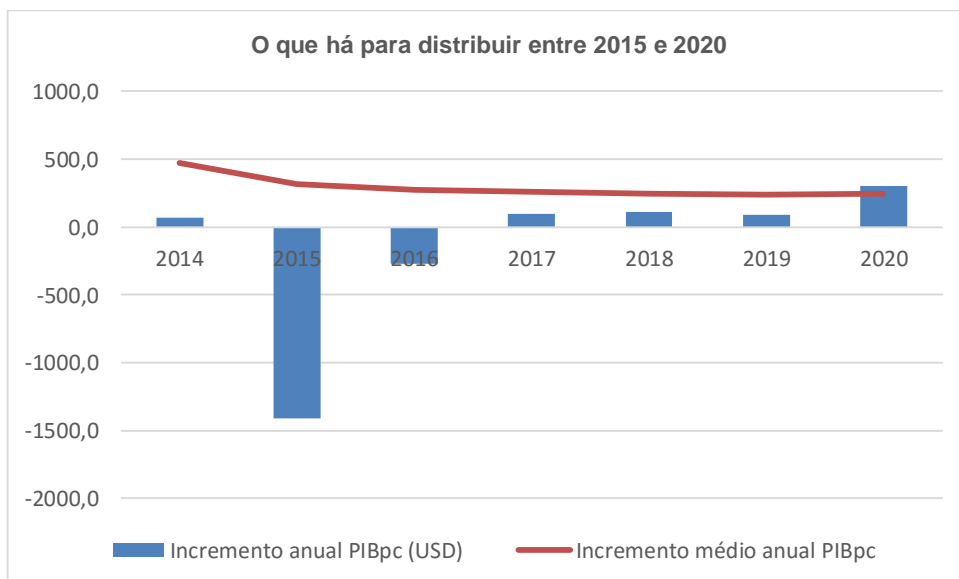
⁵⁶ A despeito disso, as políticas e medidas não estão desenvolvidas, o que se esperaria que acontecesse pelo menos no Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017. As referências a esta importante matéria são de circunstância e tão genéricas como “*a melhoria da repartição do rendimento nacional é um desígnio nacional para a realização do qual a política económica e social do Estado deve estar dimensionada. Uma justa repartição da riqueza e do rendimento nacional é necessária, não só do ponto de vista económico, como também do ponto de vista político e ético*”. Ou “*implementar de forma integrada programas de rendimento mínimo e de outras formas de intervenção*”. Ou ainda “*estabelecer uma política salarial que assegure ao factor trabalho uma remuneração justa, mas não inflacionista e de acordo com a evolução económica do país, incluindo a melhoria do salário mínimo adequado às necessidades essenciais do trabalhador, progressivamente alargada de acordo com as possibilidades da economia nacional*”. Não transparece uma real vontade política de alterar o quadro e os mecanismos actuais de repartição da renda (nomeadamente do petróleo), condicionando-a sempre “às possibilidades da economia” ou ao não desencadeamento de tensões inflacionistas.

Fim de Ciclo, Começo de Quê? Começo de quê, viragem para onde? E ao serviço de quem?

carácter administrativo acabarão por ter um impacto menor do que o teoricamente reconhecido e politicamente desejado. Nestas sociedades – com instituições ainda por fazer e politicamente muito influenciáveis –, medidas de natureza administrativa – ou seja, tendo na sua base a intervenção directa dos organismos do Estado – geram sempre oportunidades de ganhos marginais para os agentes públicos, em prejuízo das famílias mais carenciadas (algumas evidências empíricas apontam para uma perda entre 25% e 30% do montante global das transferências para a população inscritas nos Orçamentos de Estado). Porém, o que há para distribuir até 2020 é muito pouco, valendo pouco mais de 250 dólares de incremento anual do PIB por habitante.



Fonte: CEIC, Estudos sobre o PIB por habitante.



Fonte: CEIC, Estudos sobre o PIB por habitante.

Fim de Ciclo, Começo de Quê? Começo de quê, viragem para onde? E ao serviço de quem?

A tabela seguinte expressa em quanto o valor anual do PIB por habitante poderá aumentar até 2020.

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Incremento anual PIBpc (USD)	67,0	-1413,0	-275,0	94,0	110,0	90,0	301,0
Incremento médio anual PIBpc	473,2	316,0	270,6	258,0	248,1	238,2	241,9

Fonte: IMF – Angola, Staff Report for the 2015 Article IV Consultation, October 2015.

CONCLUSÕES

- a) O que haverá para distribuir até 2020 é uma cifra de USD 253 por habitante de incremento médio anual do PIB por habitante.
- b) Isto prova que não é suficiente crescer para se melhorar a distribuição do rendimento. Como se disse, a taxa média anual de crescimento do PIB entre 2016 e 2020 é de 4,2%, insuficiente para alterar as condições de vida da maioria da população, e muito menos para garantir a necessária e desejável sustentabilidade.
- c) É bom lembrar que a taxa de 4,2% incorpora já a taxa média de crescimento do não petrolífero de 5,5%, donde as folgas para se melhorar as condições de vida da maioria da população são poucas. E não vai ser possível regressar aos crescimentos médios anuais registados durante a “mini-idade de ouro” do crescimento económico de Angola (2002-2008) – cerca de 12,5% ao ano – por razões relacionadas com graves insuficiências no capital físico, no capital humano, no capital institucional, no acervo científico e de I&D e no capital social. Só melhorias significativas nestes aspectos impactarão positivamente o crescimento e a distribuição do rendimento nacional.
- d) O ritmo de crescimento da população, cerca de 3,1% ao ano, é uma variável determinante da melhoria das condições de vida da população. Porém, considerações políticas e de natureza religiosa podem jogar contra uma política demográfica mais contida.
- e) As desigualdades sociais, de rendimento e de riqueza são muito altas no país – conforme mais atrás se explicitou por intermédio de algumas variáveis – e explicam-se pelo modelo “rent-seeking” adoptado depois da independência, potenciado pela guerra civil e facilitado pelo sistema de planificação centralizada, que ainda hoje espalha os seus nefastos defeitos e inconvenientes⁵⁷. Este sistema assintótico de distribuição da renda nacional foi elevado a doutrina oficial, sob a designação de acumulação primitiva de capital e criação duma burguesia nacional económica e financeiramente forte.
- f) A grande oportunidade de distribuir melhor os resultados do crescimento económico ocorreu entre 2003 e 2008 e perdeu-se a favor da acumulação primitiva de capital, concentrada na elite política, militar e empresarial.

⁵⁷ “Os malefícios da economia planificada, que durou de 1947 a 1991, não são fáceis de extirpar: a generalizada pobreza herdada da colonização foi ampliada e o sistema de planificação centralizada gerou uma monstruosa burocracia para controlar tudo e todos, que originou intensa corrupção, ainda hoje vigente, prejudicando, intensamente, os mais vulneráveis”, Eugénio Viassa Monteiro – Crescimento Inclusivo à Moda da Índia, Expansão, 5 de Fevereiro de 2016.

O incremento médio anual do PIB por habitante foi de USD 670, 2,6 vezes mais o estimado para o período 2016-2020.

- g) Evidentemente, que não podem existir sociedades absolutamente igualitárias (a diferença faz parte da igualdade e é um factor essencial de estímulo do empreendedorismo e da descoberta de soluções potenciadoras da melhoria da condição humana). Porém, Angola integra o grupo de países onde a desigualdade social é das maiores e das mais degradantes do mundo. Têm sido perdidas as oportunidades que o crescimento económico tem proporcionado para que se transforme em desenvolvimento, descumprindo-se, assim, os grandes objectivos da libertação nacional, inscritos nos programas de todas as formações políticas angolanas.

REFERÊNCIAS

- 1) Agostinho Miranda (Digital Oje, 22 de Janeiro de 2015)
- 2) Alan Gelb e Sina Grasmann, Population and Natural Resources, Agence Française de Développement, 2009.
- 3) R. Auty (Resource-based industrialization: Sowing the oil in eight developing countries, 1990 e Resource Abundance and Economic Development, Oxford University Press 2001).
- 4) Alves da Rocha – Salários, Distribuição do Rendimento e Crescimento Equitativo, Mayamba, 2013.
- 5) Organização Internacional do Trabalho (OIT) – Relatório Global Sobre os Salários 2012-2013, Genebra, 2013
- 6) M. Abidin (Competitive Industrialization with Natural Resource Abundance: Malaysia, 2001).
- 7) Estudos Sobre a Diversificação da Economia em Angola”, editado pela Angola Catholic University Press.
- 8) Kuznets, Simon – Economic Growth and Income Inequality, American Economic Review, nº49, 1955.
- 9) Beat Burgenmeir – A Economia do Desenvolvimento Sustentável, Instituto Piaget, 2005).
- 10) Democracy Index 2011, Economist Intelligence Unit.
- 11) UNDP – Africa Human Development Report 2012.
- 12) Paulo de Carvalho, Exclusão Social em Angola (O caso dos deficientes físicos de Luanda), Edições Kilombelombe, 2008.
- 13) PNUD – Relatório de Desenvolvimento Humano vários anos.
- 14) World Bank, World Development Indicators, 2011 e 2012.
- 15) World Bank – World Development Report 2014.
- 16) INE, IBEP.
- 17) Manuel Porto, Economia – Um Texto Introdutório, Almedina Editores, 2002.
- 18) Alves da Rocha: Desigualdades e Assimetrias Regionais em Angola – Os Factores de Competitividade Territorial, Universidade Católica de Angola, Centro de Estudos e Investigação Científica, 2010.
- 19) INE – Contas Nacionais 2002-2012.

- 20) World Bank – World Development Report 2014.
- 21) Todaro e Smith, Economic Development, 2003.
- 22) Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, Governo de Angola.
- 23) Alves da Rocha – As Transformações Económicas Estruturais na África Subsariana 2000-2010, Editora Mayamba, 2013.
- 24) UNDP – Africa Human Report 2012, Towards a Food Secure Future, 2012.
- 25) International Monetary Fund - Fiscal Policy and Income Distribution, 2014.
- 26) Joseph Stiglitz - The Price of Inequality , W. W. Northen Company, 2013.
- 27) Jeffrey Sachs – Common Wealth: Um Novo Modelo para a Economia Mundial, Casa das Letras 2008.
- 28) Jeffrey Sachs - O Fim da Pobreza (como consegui-lo na nossa geração), Casa das Letras 2005.
- 29) J. List and C. Gallet – The Kuznets Curve: What Happens After the Inverted-U?, Review of Development Economics, 2012, Wiley Blackwell 3, 200-206.
- 30) Banco de Portugal – Boletim Económico, Inverno de 2013.
- 31) Governo de Angola - OGE para 2015 e 2016.
- 32) Mendes, Cassandro e Olugbenga Adesida – Income inequality and economic development: evidence from Sub-Saharan African Countries, Economics Bulletin, Volume 33, Issue 2, June 2013.
- 33) CEIC – Relatório Económico 2013.
- 34) IMF – Angola, Staff Report for the 2015 Article IV Consultation, October 2015.
- 35) IMF – World Economic Outlook April 2014 and Angola – Second Post-Program Monitoring, March 2014.
- 36) INE – Projecção da População 2009-2015.
- 37) CEIC, Quadro Macroeconómico Comparativo.
- 38) CEIC, Estudos sobre o PIB por habitante.
- 39) IMF – Angola, Staff Report for the 2015 Article IV Consultation, October 2015.

Fim de Ciclo, Começo de Quê? Começo de quê, viragem para onde? E ao serviço de quem?

- 40) Eugénio Viassa Monteiro – Crescimento Inclusivo à Moda da Índia, Expansão, 5 de Fevereiro de 2016.
- 41) FERREIRA, Manuel Ennes – Realeconomic e Realpolitik nos Recursos Naturais em Angola, Revista de Relações Internacionais, Junho de 2005.
- 42) Piketty, Thomas - A Economia das Desigualdades, Actual, 2014.



FICHA TÉCNICA

Autor: Alves da Rocha

Editor

Depósito Legal: